



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MARIA VITÓRIA E SILVA

PATRIMÔNIO CULTURAL DE VALENÇA DO PIAUÍ: o reflexo do Centro Histórico
na construção da memória e preservação dos bens (2002 -2022)

TERESINA

2025

MARIA VITÓRIA E SILVA

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE VALENÇA DO PIAUÍ: o reflexo do Centro Histórico
na construção da memória e preservação dos bens (2002 -2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Viviane Marini Pedrazzani

TERESINA

2025

MARIA VITÓRIA E SILVA

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE VALENÇA DO PIAUÍ: o reflexo do Centro Histórico
na construção da memória e preservação dos bens (2002 -2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual do Piauí (UESPI),
como requisito para a obtenção do título de
Licenciada em História.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dra. Viviane Marini Pedrazzani
Universidade Estadual do Piauí
Orientadora

Prof. Dra. Salânia Maria Barbosa Melo
Universidade Estadual do Piauí
Examinadora

Prof. Ma. Mayra Izaura de Moura
Universidade Estadual do Piauí
Examinadora

Dedico este trabalho à minha mãe e à minha irmã. E dedico em especial a meu avô, João Pereira da Silva, cuja sabedoria e exemplo de vida foram fontes de inspiração constantes.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder força, sabedoria e coragem, que me permitiram chegar a este momento de realização.

Agradeço imensamente à minha família, especialmente à minha mãe, Hilca Pereira da Silva, à minha irmã, Alana Fernanda e Silva, e à minha tia, Erlândia Campelo da Silva, que sempre estiveram ao meu lado ao longo de toda a minha vida e jornada acadêmica. O apoio incondicional de vocês, juntamente com seus incansáveis esforços, foram fundamentais para minha chegada, permanência e sucesso no Ensino Superior.

Quero expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, Dra. Viviane Pedrazzani, por ter aceitado o desafio de orientar esta pesquisa e por seu trabalho dedicado ao longo do processo. Agradeço também aos membros da banca examinadora pelas contribuições valiosas e pelas observações que enriqueceram este trabalho.

Expresso minha profunda e sincera gratidão aos amigos adquiridos na Universidade, Ana Paula Almeida, Raylana Maria Brito e João Ricardo Alves, que estiveram comigo ao longo desses anos me apoiando e encorajando.

Agradeço à Universidade Estadual do Piauí pelo acolhimento e por ser um espaço de aprendizado que me proporcionou uma sólida formação acadêmica. Aos professores do curso de História, que, de diversas formas, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, meu sincero reconhecimento.

Por fim, minha gratidão ao professor e historiador Antônio José Mambenga, cuja colaboração foi fundamental para a viabilidade e elaboração deste projeto. Seu apoio foi imprescindível para o sucesso desta pesquisa.

“Por milhares de anos, as classes mais baixas da raça humana passaram suas vidas trabalhando para erguer monumentos sob o chicote de seus superiores até que, finalmente, caíram no chão e se tornaram um só com a poeira onde se arrastavam.”

Sheldon Cooper

RESUMO

Este trabalho aborda o Patrimônio Cultural de Valença do Piauí, com foco no Centro Histórico, explorando sua relação com a memória e a preservação entre 2002 e 2022. O objetivo geral é analisar como o patrimônio do Centro Histórico contribui para a construção da memória coletiva e para a preservação dos bens, destacando a relevância de Valença na historiografia piauiense. A pesquisa examina a história da cidade, seus bens culturais e os mecanismos de preservação, como a criação da lei de tombamento em 2002 e as reformas até 2022. A escolha do tema se justifica pela falta de fontes escritas sobre Valença, o que dificulta sua inclusão na historiografia piauiense, apesar de sua importância histórica. Diante disso, a pesquisa utilizou fontes documentais e orais, incluindo uma entrevista com o historiador Antônio José Mambenga, especialista na história local. O trabalho está dividido em dois capítulos: o primeiro contextualiza a história de Valença e os bens patrimoniais do Centro Histórico, enquanto o segundo analisa a relação entre memória, preservação e identidade local. A pesquisa destaca a importância de preservar o patrimônio cultural de Valença e contribuir para o reconhecimento de sua história, resultando em texto que narra desde a povoação do Piauí, e consequentemente o papel da região de Valença nesse cenário, trazendo o papel da memória histórica como um fator de influência na preservação dos bens que definem o perímetro do Centro Histórico da cidade.

Palavras-chave: patrimônio cultural; memória; preservação; Valença do Piauí; Centro Histórico.

ABSTRACT

This work addresses the Cultural Heritage of Valença do Piauí, with a focus on the Historic Center, exploring its relationship with memory and preservation between 2002 and 2022. The main objective is to analyze how the heritage of the Historic Center contributes to the construction of collective memory and the preservation of assets, emphasizing Valença's relevance in Piauí's historiography. The research examines the city's history, its cultural assets, and preservation mechanisms, such as the creation of the heritage protection law in 2002 and the reforms up until 2022. The choice of this theme is justified by the lack of written sources about Valença, which makes it difficult to include the city in Piauí's historiography, despite its historical importance. As a result, the research relied on documentary and oral sources, including an interview with historian Antônio José Mambenga, a specialist in local history. The work is divided into two chapters: the first provides context on the history of Valença and the heritage assets of the Historic Center, while the second analyzes the relationship between memory, preservation, and local identity. The research highlights the importance of preserving Valença's cultural heritage and contributing to the recognition of its history, resulting in a narrative that traces the settlement of Piauí and, consequently, the role of the Valença region in that process, bringing attention to the influence of historical memory in the preservation of the assets that define the city's Historic Center.

Keywords: cultural heritage; memory; preservation; Valença do Piauí; Historical Center.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2. VALENÇA DO PIAUÍ E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL.....	12
2.1 A presença de Valença na formação do Piauí.....	12
2.2 Valença no Piauí.....	17
2.3 Patrimônio Cultural de Valença do Piauí.....	22
2.3.1 Bens presentes no Centro Histórico de Valença do Piauí.....	26
3 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE VALENÇA DO PIAUÍ.....	34
3. 1 Memória e Patrimônio.....	34
3.2 Preservação do patrimônio cultural de Valença do Piauí.....	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE A.....	52
APÊNDICE B.....	77

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o Patrimônio Cultural de Valença do Piauí, com foco no Centro Histórico da cidade, explorando sua relação com a memória e a preservação ao longo do período de 2002 a 2022.

O objetivo principal deste estudo é analisar como o patrimônio cultural presente no Centro Histórico de Valença contribui para a construção da memória coletiva e a preservação dos bens ali existentes, ressaltando a relevância de Valença e de seus bens patrimoniais para a historiografia piauiense.

O objetivo geral da pesquisa é compreender o patrimônio cultural do Centro Histórico como um elemento essencial na construção da memória, investigando os mecanismos de preservação desses bens. Entre os objetivos específicos, destacam-se: a contextualização histórica de Valença e sua relação com a formação do Piauí; a descrição dos bens patrimoniais presentes no Centro Histórico; a análise da relação entre memória e preservação do patrimônio e os impactos dessa relação na conservação dos bens da cidade.

A escolha da temática se deu em função da escassez de fontes escritas sobre a história de Valença e do desconhecimento que a cidade enfrenta no contexto do estado do Piauí. Embora Valença tenha sido importante desde o início do povoamento da região, é frequentemente negligenciada na historiografia piauiense. Propor um espaço de pesquisa dedicado a essa cidade histórica foi um fator decisivo para a escolha do tema, além da necessidade de destacar e divulgar seu patrimônio cultural, representado pelo conjunto material do Centro Histórico. Este projeto também busca compreender os eventos históricos que marcaram a cidade, utilizando as edificações como fontes de memória. A escolha do tema aconteceu também pela afinidade com a linha de pesquisa em patrimônio cultural e pelo desejo de promover a história local, especialmente pelos laços afetivos que a cidade desperta devido à naturalidade e presença de familiares no local, sendo Valença marcada como um lugar de identidade, carinho e cuidado que evidencia as raízes, tendo nesta pesquisa a oportunidade de representar, pelo viés da História, um sentimento de pertencimento e exaltação à história local.

Para a realização deste trabalho, foram utilizadas três fontes principais: documental, oral e iconográfica. Como mencionado, Valença, apesar de sua importância histórica, é frequentemente negligenciada na historiografia do Piauí, o que resulta na ausência de fontes

escritas que contenham sua história. Contudo, apesar da escassez documental, foi possível amparar a pesquisa em autores como Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, José Martins Pereira D'Alancastre, Luiz Mott e Vital Antônio Vilela Faria, que trazem em suas obras estudos brilhantes a respeito da História do Piauí, onde é possível em algumas delas encontrar breves citações sobre Valença, utilizadas ao longo do texto. Autores como Françoise Choay, Viviane Pedrazzani, Carlos Lemos e Márcia Sant'Ana trouxeram contribuições para a pesquisa em relação ao patrimônio e à preservação dos bens. Já Pierre Nora e Michel Pollak foram utilizados para trabalhar a relação entre memória e patrimônio.

Essa lacuna deixada pela superficialidade da história de Valença na historiografia piauiense representou um desafio significativo para a pesquisa, pois a falta de documentação escrita dificultou a verificação dos fatos e aumentou a preocupação de que a história da cidade fosse esquecida. Esse desafio se estendeu à análise dos bens patrimoniais, já que, sem uma história registrada, esses bens também careciam de reconhecimento formal. A falta de registros documentais fez com que a pesquisa se voltasse para a coleta de relatos orais, a fim de preencher essa lacuna e evidenciar a importância de valorizar e preservar tanto os bens quanto sua história. A partir dessa perspectiva, a preservação dos bens do Centro Histórico se tornou ainda mais urgente, especialmente diante do risco de sua destruição.

A fonte oral foi crucial para entender os acontecimentos que marcaram o Centro Histórico, tendo como objetivo, segundo Padilha (2017):

Dar voz e cidadania às pessoas anônimas, isto é, trazer à luz as realidades que o texto construído não consegue transmitir ou testemunhar eventos, contextos sociais ou culturais [...] As narrativas não são compostas por fatos, mas por memórias e construções que mudam ao longo do tempo e misturam narrativas sociais mais amplas nesta construção [...] Essas grandes narrativas organizam a experiência individual dentro da complexidade da agitação social, moldando as identidades coletivas em narrativas coerentes. (PADILHA, *et al.*, 2017, p. 3).

Nesse sentido, uma entrevista com o professor e historiador Antônio José Mambenga, especialista na história de Valença, forneceu valiosas informações sobre os eventos ocorridos na cidade e sua influência no estado do Piauí. Mambenga, com sua experiência na coleta de fontes orais, trouxe um vasto conhecimento sobre os bens patrimoniais e a história local.

As fontes iconográficas, que conforme afirma Padilha (2017), “nos estudos históricos podemos considerar como tal, as pinturas, fotografias, anúncios publicitários dentre outros, que podem ser importantes como fontes históricas de alguma sociedade nas quais foram produzidos”, são representadas pelas imagens da cidade apresentadas ao longo do texto, que

foram utilizadas na intenção de demonstrar de modo visual os bens presentes no Centro Histórico, suas cores, seus detalhes, que são de grande relevância para sua caracterização. As fotografias tiveram como intuito também referenciar os bens que estão sendo retratados, tornando a leitura mais clara e dinâmica, permitindo a associação das imagens com o texto.

O trabalho está estruturado em dois capítulos, que são subdivididos em tópicos. O primeiro capítulo contextualiza Valença dentro do estado do Piauí, abordando a história do povoamento e a formação do Piauí, desde a chegada dos colonizadores até a instalação de acampamentos, como o que deu origem à cidade de Valença, incluindo a catequização dos povos nativos e a exploração das terras. Também são apresentados dados demográficos do início da ocupação da região, quando Valença era um arraial, que posteriormente se tornaria uma freguesia, com forte influência dos jesuítas. Além disso, o capítulo descreve os bens patrimoniais que compõem o Centro Histórico da cidade, detalhando suas histórias e a influência que exerceram sobre a cidade.

O segundo capítulo trata da relação entre os bens patrimoniais e a memória coletiva, e como esses bens influenciam a identidade dos habitantes locais. Aborda ainda o papel desses bens dentro da historiografia piauiense e discute as políticas de preservação, destacando a criação da lei de tombamento em 2002 e as reformas realizadas até 2022, enfatizando o uso e a valorização desses espaços pela população.

2. VALENÇA DO PIAUÍ E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

2.1 A presença de Valença na formação do Piauí

A cidade de Valença do Piauí, situada na região Centro-Norte do Estado do Piauí, a 210 quilômetros da capital Teresina, esteve no mapa piauiense desde os primeiros momentos de ocupação e povoamento da Província do Piauí, sendo uma das primeiras vilas da região onde futuramente viria a ser o Estado do Piauí. Atualmente, Valença apresenta uma população de cerca de vinte e dois mil e duzentos habitantes, contemplando o município e os povoados ao seu entorno, segundo o Censo de 2022.

Figura 1: Localização de Valença do Piauí no mapa do Estado.



Fonte: Wikipedia, 2024.

O povoamento do território piauiense é tratado pelos historiadores como um fato controverso, não obtendo total exatidão a respeito do seu ano inicial, que, de acordo com as fontes, varia entre os anos de 1671 a 1676, sendo adotado em sua maioria o ano de 1674 para o início da ocupação territorial. José M. P. D’Alancastre¹ (1857) ao analisar a ocupação do Piauí, comenta que os portugueses já sabiam da existência dessas terras, elas serviam como rota entre o Maranhão e o Ceará anos antes. Segundo Nunes (1975), “Domingos Afonso Mafrense veio ao Brasil, antes de 1670 [...] Existe uma referência à possível vinda ao Piauí, em 1671”. Embora essa afirmação não seja confirmada, foi através de Domingos Afonso Mafrense e seu irmão Julião Afonso Serra que se popularizou o achamento das terras que

¹ Em um texto publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) no ano de 1857, D’Alancastre fornece uma minuciosa pesquisa a respeito da cronologia piauiense, apresentando dados e acontecimentos que marcaram a Capitania e logo depois a Província do Piauí.

atualmente, formam o Piauí. Para Costa (2006), a chegada dos irmãos ao Piauí aconteceu seguindo o seguinte contorno:

Devem ter feito um caminho pelo sul, na bacia que alimenta a lagoa de Parnaguá, chegando ao rio Gurguéia, tendo descido até o rio Parnaíba, apenas depois conhecendo a bacia do rio Canindé, no sudeste. Existem opiniões contrárias de que teria entrado pelo vale do rio Piauí. Trata-se de uma região fértil, com muita água na estação das chuvas e poucas inclinações. Oferece vastos campos, cobertos do capim mimoso, uma das melhores forrageiras naturais das Américas. A criação extensiva de gado *vacum* mostrava-se a melhor forma de aproveitar aqueles sertões perdidos, vez que tinha abundante bacia fluvial e quase nenhuma presença de colonizadores. (COSTA, 2006, p. 191).

Apesar da chegada ao territórios, os irmãos estavam insatisfeitos com os indígenas (Amoypirás e Ubirajaras), ocupantes das margens do rio São Francisco, entre Pernambuco e Bahia, que por muitas vezes hostilizavam os colonizadores e deterioravam seus patrimônios. Com isso, os irmãos se empenharam em invadir esse território. Esse foi um dos principais motivos que os levaram a adentrar as terras sertanejas da colônia, formando bandeiras juntamente com os reдеiros de Francisco Dias D'Ávila, e os irmãos Francisco Dias e Bernardo Pereira Gago, travando intensos confrontos com os indígenas, resultando na morte e prisão de muitos nativos. De acordo com Chaves (1998), os indígenas presentes no solo piauiense eram “nômades por natureza, sempre em busca de alimento nos rios, nas matas e nos campos, imigrando constantemente por causa das guerras contínuas, é difícil e quase impossível situar, com precisão rigorosa, o indígena no solo piauiense”. Devido à perseguição em direção ao norte, os fazendeiros puderam acessar áreas do sertão das quais não tinham conhecimento, mesmo que, segundo D'Alancastre (1857), esse território que viria a ser o Piauí já estivesse sido visitado anos antes. Porém, o mérito da descoberta e ocupação é dado a Domingos Afonso, que, com o passar do tempo, passou a ser conhecido por Domingos Afonso Sertão, devido às suas façanhas pelos sertões da Capitania.

Com o conhecimento dos irmãos a respeito dessas terras, iniciou-se então o processo de ocupação e povoamento da região, em que os irmãos puderam usar desses espaços para a criação dos seus gados. “Os dous irmãos criavam em terras alheias; d'ora em diante podiam povoar com seus gados terras próprias, e talvez melhores, que as do rio S. Francisco para a criação do gado *vaccum*, e cavalar” (D'ALANCASTRE, 1857, p. 15). Assim, em 1676, os irmãos e sócios entraram com um pedido de sesmarias ao então governador de Pernambuco e responsável por essa região, D. Francisco de Almeida, em que foram reivindicadas 40 léguas de terra.

Foram requeridas sesmarias na região, por Francisco Dias d'Ávila e seu irmão Bernardo de Sousa Gago, bem como por Mafrense e seu irmão Julião Serra. O Governador de Pernambuco, Pedro de Almeida (séc. XVII), em 12 de outubro de 1676, concedeu o domínio de grandes glebas de terra, dez léguas em quadrado para cada um, situadas à margem do rio Gurguéia [...] Começou a formação dos amplos feudos com os quais foram contemplados os desbravadores vindos da Bahia [...] A cada nova viagem ao sertão, novas sesmarias eram concedidas, aumentando ainda mais o feudo que ia se formando no Piauí. (COSTA, 2006, p.193-194).

Porém, a divisão desse território veio coberta de irregularidades e arbitrariedade da parte dos irmãos e sócios, que se entendiam como os únicos donos da região. Essas irregularidades estiveram presentes por muito tempo, para além dos irmãos Afonso e seus sócios, podendo ser vistas na distribuição de sesmarias para terceiros. Com isso, Domingos Afonso e seus sócios já se preparavam para deslocar seu gado das antigas para as novas terras.

Em poucos annos eram elles senhores de ricas fazendas, que em bellissimas posições situadas, e em gordos terrenos, rapidamente multiplicaram os gados, e não podiam deixar de prosperar. Sabemos que as primeiras fazendas foram plantadas nas margens do Canindé, Piauhy, e Gurugueia. Aquelles que não tinham posses bastante para requerer sesmarias, arrendavam aos sesmeiros lotes de terra sufficientes para pastagem de seus pequenos rebanhos, e lavoura de primeira necessidade. Foi tão crescida a emigração das províncias limitrofes, que já em 1700, quasi 100 legoas se achavam povoadas, e em muitas partes formados núcleos de povoação. (D'ALANCASTRE, 1857, p. 16).

Outro personagem que teve grande relevância para o processo de colonização e povoamento do Piauí foi o bandeirante Domingos Jorge Velho, um paulista conhecido nacionalmente por seu sucesso na caça aos indígenas nesse período. A sua passagem pelo Piauí gera algumas controvérsias entre os historiadores, mas Monsenhor Chaves e Odilon Nunes asseguram a presença do bandeirante na região. Para Chaves (1998), o bandeirante teria sido o primeiro homem branco a hostilizar os indígenas presentes nessa localidade. “Até que nos prove o contrário, continuamos a acreditar que o primeiro homem branco que o nosso índio, no seu próprio habitat, foi o sertanista Domingos Jorge Velho. Ele aqui chegou por volta de 1662.” Enquanto Nunes (1975) afirma:

Podemos assim presumir que Domingos Jorge Velho pertenceu a alguma dessa bandeira a que nos referimos se não fora mesmo chefe de uma das partidas paulistas que vinham operando nos sertões do S. Francisco [...] Domingos Jorge Velho ficou no Piauí, a aguardar os resultados da missão que incumbira aos procuradores.

A região onde atualmente está localizada Valença do Piauí contribui para corroborar a presença do sertanista no Piauí, pois, segundo as fontes de que temos conhecimento, foi nesse local que Domingos Jorge Velho levantou suas instalações e permaneceu durante sua estadia na região, conforme afirma Costa (2006):

Andava o paulista pela região do rio das Velhas, até que possivelmente chegou às margens do rio Catarina, onde levantou o arraial Caatinginha, na região do

Município de Valença do Piauí. Fez um modesto arraial para a criação de gado e cavalos, com a sua gente, constituída de mamelucos e de índios aculturados. Ele se cercou, em especial de propriedades e ‘currais’. Fundou, também, fazenda no local Princesa, onde hoje fica a cidade de Crateús, no Ceará, então do Piauí.

Outro ponto levantado por Chaves (1998) é o contato do bandeirante com a tribo dos Aruazes, que se agrupava na região do rio Sambito, uma tribo genuinamente piauiense, não sendo encontradas notícias dela em outra região. A informação que garante o contato de Domingos Jorge Velho com essa tribo está presente em dois documentos de autoria do próprio bandeirante que afirmam o convívio com esses indígenas. Segundo Chaves, seu testemunho é categórico, incisivo e irrefutável, provando a presença do sertanista no Piauí.

Jorge Velho teve sua longa passagem pela região marcada por violência e genocídio dos indígenas presentes, assim como fazia por todo o território brasileiro. Sua temporada em solo piauiense deixou uma grande e sangrenta mancha, onde se deu o mérito ao sertanista por grande parte da dizimação das tribos indígenas que habitavam esse espaço.

Nesse sentido, nota-se que a região onde se localiza atualmente o Piauí foi um espaço de disputa e cobiça dos fazendeiros da época, em especial dos pecuaristas, que viam nessas terras uma abundância de recursos para a criação e expansão do seu rebanho. Mas, apesar das conquistas dos fazendeiros devido às bandeiras, a resistência indígena ainda representava um grande empecilho para o que os colonizadores chamavam de “progresso”. A solução adotada para conter os indígenas nativos dessas terras foi a formação de arraiais próximos às fazendas com índios subordinados aos fazendeiros para proteger o perímetro. Outro fator complicador para os irmãos Afonso e seus sócios eram seus inimigos políticos, que se utilizavam de manobras para interferir no poder soberano dos pecuaristas.

A presença desses fazendeiros e a concessão de diversas sesmarias de forma fraudulenta nessa região transformou de maneira completa a vida dos habitantes nativos dessas terras. Através de uma chegada violenta dos colonizadores, a invasão do território trouxe para os indígenas sobreviventes uma imposição cultural europeia que os afetou de forma brutal, além de expulsos da área que habitavam, sendo obrigados a viverem às margens, com sua cultura anulada e substituída pela dos colonizadores e sua mão de obra escravizada. O caráter econômico, juntamente com o acúmulo de poder, eram os principais focos nesse período, e a utilização das terras na pecuária foi um ponto que impulsionou de maneira significativa o processo de povoamento nessa região e, em paralelo a isso, a catequização dos povos nativos que ali já estavam. Esse fator foi sendo cada vez mais agravado conforme

evoluía o processo de povoamento das terras da chamada Capitania do Piauí, segundo Faria² (2020), as motivações que levaram à ocupação do território são defendidas por alguns autores como a necessidade de expansão da plantação de cana-de-açúcar e pecuária, assim como a procura de ouro e minérios preciosos. Isso reflete no fato da colonização das terras piauienses ter acontecido no sentido interior-litoral, o oposto do que aconteceu no Brasil. De acordo com Faria (2020), o processo de ocupação do território piauiense aconteceu em duas etapas, a primeira de forma espontânea com a chegada dos colonos que ocupavam espaços aleatórios próximos a alguma fonte de água, e a segunda, chamada pelo autor de organização socioespacial, onde já no que se entende por Vila havia a necessidade de criação de relações sociais mais próximas.

Foi também através de Domingos Afonso Mafrense que aconteceu a fundação da primeira fazenda no território do Piauí, abrindo caminho para uma série de latifúndios que viriam a seguir.

A primeira fazenda fundada por Domingos Afonso Mafrense foi a de ‘Porções de Baixo’, nas margens do rio Canindé. Depois, em 1684, fixou-se nos rios Paraím e Tranqueira e, no mesmo ano, ocupou o vale entre os rios Itapicuru e Gurguéia. A sede de seus domínios foi situada na fazenda ‘Cabrobó’, às margens do riacho da Mocha [...] Ele chegou a fundar trinta e nove fazendas de gado, além de cinquenta posses menores. (COSTA, 2006, p. 195).

A princípio, a ocupação territorial teve início na região da atual Oeiras, que recebia um grande número de pessoas que se fixavam nas terras, como fazendeiros explorando a facilidade da pecuária, trabalhadores e escravizados que passaram a habitar esses espaços para trabalhar nas fazendas, e os jesuítas que vieram com o intuito de educar e catequizar os nativos, atendendo aos interesses dos fazendeiros. Com esse aumento populacional e importância econômica, além da influência da Companhia de Jesus que trazia consigo um grande poder eclesiástico, representado pela Igreja Nossa Senhora da Vitória, a região ganhou grande prestígio e atingiu o patamar de Vila, se chamando então Vila da Mocha, e pouco tempo depois recebeu o *status* de cidade, recebendo o nome de Oeiras, se tornando a primeira capital da Província. O povoamento da região da Mocha foi o estopim para que se ocupassem outras regiões do território. Em um primeiro momento, estabeleceram-se freguesias, e do mesmo modo que ocorreu com Oeiras, o desenvolvimento dessas Freguesias as elevaram ao patamar de Vila.

² Vital António Vilelas Faria, no texto *História geográfica das primeiras vilas do Piauí, século XVIII*. Publicado no livro *História Profusa: sujeitos, espacialidades e temporalidade* do ano de 2020.

2.2 Valença no Piauí

O território de Valença primeiramente esteve ocupado pelos indígenas conhecidos como Aruazes. Devido à chegada dos colonizadores através do sertão e sua proximidade territorial com Oeiras, culminou em um fácil acesso à localidade. Diante disso, a chegada de ocupantes esteve envolta em diversos facilitadores. A implantação de fazendas de gado e a migração de colonizadores para o território resultaram no afastamento dos aborígenes e na tomada das suas terras. Em paralelo a isso, com o desenvolvimento e ampliação da pecuária, a região entrou no radar dos jesuítas, que passaram também a ocupar o local, doutrinando tanto a população recém-chegada como os nativos restantes, o que caracterizava a região como uma Freguesia, invocada em nome de Nossa Senhora da Conceição dos Aruazes ou Catinguinha, no ano de 1740, segundo D'Alancastre (1857). A implantação da Freguesia vinha imersa em fatores que a partir de então influenciariam o modo de vida populacional. A presença religiosa e o modo de aglomerar os indivíduos característicos desse modelo de sociedade contribuíram para o crescimento e ampliação dessa área, como afirma Faria:

O aumento do número de fazendas e o simultâneo aumento da população, deram origem aos primeiros aglomerados populacionais. A forte influência eclesiástica que se fazia sentir na época, através dos padres, foi de grande importância na criação das freguesias. Os aglomerados populacionais que se foram formando, com um padre à cabeça, acabariam construindo uma pequena capela, para onde convergiam nos dias marcados pelo padre. Essas capelas e a convergência das populações regionais foi quem proporcionou o nascimento das vilas.³ (FARIA, 2020, p. 26-27).

De acordo com os apontamentos apresentados por D'Alancastre (1857), a Freguesia de Valença foi a primeira que buscou se sobressair através do cultivo de cana, que apesar de singelo, teve uma certa estabilidade, porém, havia o fascínio da população pela pecuária. O autor também fala acerca da hidrografia da freguesia e dos minérios existentes em Valença:

Banhada pelas aguas do Berlengas, Puty, Sambito, S. Nicoláo e Onça, e outros pequenos regatos, póde para o futuro ser um dos municípios mais agrícolas do Piauhy. A villa de Valença está situada entre os rios Santo Antonio e S. Victor, aquelle confluente d'este, e ambos do rio S. Nicoláo, tributário do Puty com o Berlengas, que todos tem direccção N. S. Esta freguesia é limitada pela de Marvão com o riacho S. Nicoláo desde sua fóz no Puty até a fazenda da Victoria, pela Teresina, servindo de linha divisória o riacho dos Kalangos, [...] A freguesia de Valença possui ricas minas de Salitre, que não foram ainda convenientemente exploradas. (D'ALANCASTRE, 1857, p. 129-130).

³ Essa afirmação trazida pelo autor converge diretamente com os rumos tomados para formação da sociedade local, refletindo em dogmas e comportamentos levados até os dias atuais, resultado da influência da colonização e da religião no processo de povoamento, não somente de Valença, mas de várias regiões do Piauí, onde é possível encontrar fragmentos desse passado no comportamento dos indivíduos, nas suas memórias e no patrimônio que marca a história dessas localidades.

A Freguesia de Valença, juntamente com as oito demais que formavam a Província do Piauí, foi se desenvolvendo rapidamente, se tornando responsável por grandes fluxos comerciais e populacionais para os parâmetros da época. A presença dos padres fez-se iniciar a construção de capelas que reuniam e unificavam os habitantes da Freguesia. Fatos que fizeram com que, em junho de 1761, fosse endereçada ao governador da Província do Piauí, João Pereira Caldas, uma Carta Régia que tinha como objetivo a ordenação da transformação de todas as freguesias existentes na Província do Piauí em vilas. Logo, no dia 20 de setembro de 1762, a Freguesia de Valença passou a ser considerada Vila. A partir daí, a Província, que inicialmente contava com oito Freguesias, agora passava a ter seis Vilas⁴ no total.

Com o novo patamar de Vila, Valença estava então no radar do desenvolvimento e se firmava como polo comercial. A atividade pecuarista continuou sendo o ponto forte da região, se expandindo a cada dia, sendo responsável pela principal fonte econômica e povoamento da Vila. Ao retratar esse período, Luiz Mott⁵ (1985) faz uma análise demográfica da Vila de Valença através dos dados oferecidos por A. J. M. Durão, correspondente ao ano de 1774, onde se pode compreender a estrutura de sociedade existente na região nesse período. O autor faz a divisão em número de casas (fogos); número de pessoas (almas); gênero (homens e mulheres); fazendas e sítios⁶; cor (brancos, mulatos, mestiços, vermelhos, mamelucos e pretos); e faixa etária (menor de 7 anos, de 7 a 14 anos, de 14 a 70 anos, de 70 a 90 anos, de 90 a 100 anos, de 100 a 120 anos).

Tabela 1: Classificação demográfica da Vila de Valença e povoados que englobavam a região (1774).

	Fogos	Almas	Homens	Mulheres	Fazendas	Sítios
--	-------	-------	--------	----------	----------	--------

⁴ Durante a passagem de Freguesia para Vila, duas delas se fundiram, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Piracuruca e a Freguesia de São João da Parnaíba, formando a Vila de Parnaíba; e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aruazes e a Freguesia de Nossa Senhora do Ó do Caatinguinha, formando a Vila de Valença. Assim, as seis vilas foram denominadas Jerumenha, Parnaguá, Marvão, Campo Maior, Parnaíba e Valença.

⁵ Luiz Mott, em sua obra *Piauí Colonial: população, economia e sociedade* de 1985, aborda os principais aspectos ocorridos demográfica e economicamente na província do Piauí, dando enfoque para as grandes fazendas de gado existentes na região e base de sua economia, levando em consideração os dados colhidos pelo ouvidor Antônio José de Moraes Durão, publicados no texto *Descrição da Capitania de São José do Piauí* de 1772, encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino.

⁶ Nessa divisão entre fazendas e sítios, vale ressaltar a diferenciação que o autor faz desses dois ambientes: fazendas entendem-se aqui como lugares que têm como sua atividade principal a criação de gados e cavalos, chamados de currais; e os sítios são lugares que caracterizam como áreas de cultivo, agricultura.

Vila e Subúrbio	67	407	198	209	4	12
Sambito	65	483	251	232	10	3
Poti da Ponte do Sul	77	679	356	323	18	6
Serra Negra	90	506	293	213	14	18
Berlengas	70	461	258	203	12	7
Total	269	2536	1356	1180	58	46

Fonte: Luiz Mott, 2010.

Diante dos dados apresentados acima, é possível dimensionar a distribuição populacional ainda nos primeiros anos da Vila, dados esses resultantes do período em que foi Freguesia. Através deles tem-se entendimento do funcionamento da Vila de Valença e dos povoados localizados ao seu entorno, sendo a Vila a área mais urbana com um número baixo de fazendas, tendo seu maior fluxo nos sítios, ao contrário da maioria dos povoados. Além de apresentar o segundo menor número de fogos e o menor número de almas entre o território, onde é possível analisar que embora a Vila obtivesse o *status* central da região (ainda que tivesse raízes no campo devido à força da agricultura), a maior concentração de pessoas acontecia nas áreas rurais por meio das fazendas de gado, reflexo do processo de povoamento que veio se fortalecendo ao longo dos anos, onde mesmo depois de um processo de ocupação e um grande fluxo de pessoas, a pecuária ainda se consolidava como principal atividade econômica, servindo de eixo central para os habitantes da região, perdurando por vários anos.

Tabela 2: Cores dos habitantes da Vila de Valença (1774)

	Homens	Mulheres
Branco	240	202
Mulatos	330	311
Mestiços	207	216
Vermelhos	81	84
Mamelucos	109	105

Pretos	389	262
Total	1356	1180

Fonte: Luiz Mott, 2010.

Ao analisarmos a distribuição da população por cor, nos deparamos com o processo de colonização despido diante de nós. Quase cem anos após o início da ocupação do território piauiense, a pluralidade racial era algo inegável na Vila de Valença. O baixo número de habitantes indígenas, chamados de vermelhos por Durão, comparado à população branca, por exemplo, é um reflexo do genocídio indígena através das bandeiras oriundas da ocupação do território pelos europeus. Na Vila de Valença, em 1774, o resultado da dizimação do povo indígena era notório, inclusive sendo baixo também o número de seus descendentes (mamelucos), fruto da miscigenação com os brancos. Outro ponto que deve ser ressaltado é o alto número de habitantes declarados pretos, também consequência do colonialismo. Isso está vinculado ao difuso uso de mão de obra escrava ao longo desse período na Vila de Valença. Essa população escravizada estava principalmente concentrada nas grandes fazendas, sendo esses indivíduos responsáveis pelo crescimento dessas propriedades através da sua força de trabalho.

Tabela 3: Faixa etária da população da Vila de Valença (1774)

< 7 anos	7 a 14	14 a 70	70 a 90	90 a 100	100 a 120	Total
508	495	1431	90	11	1	2536

Fonte: Luiz Mott, 2010.

Observando a faixa etária da população, é possível entender que a maior parte dos habitantes da Vila se encaixava na mão de obra trabalhadora, visto que, segundo Mott (2010), Durão classifica o grupo entre 14 e 70 anos como os indivíduos aptos a trabalhar, ou seja, entende-se a partir disso que a iniciação dos jovens no trabalho se dava bem cedo e se encerrava já com indivíduos idosos. Esse levantamento feito por Durão mostra ainda a desproporcionalidade entre o número de idosos a partir de 70 anos e o restante da população, se contrapondo a um alto percentual de crianças e adolescentes.

Ao analisarmos os dados fornecidos por Mott (2010), tem-se um parâmetro do cenário social da Vila de Valença nos seus primeiros anos, tendo em vista sua demografia e os fatores

que corroboraram para a formação dessa estrutura, entendendo-a como um elemento construído focado no crescimento pecuarista e na fortificação da colonização. Essa construção estrutural, amparada em costumes eurocêntricos, esteve atrelada não somente à população, mas também ao cenário físico, moldando a urbanização dessas vilas em formação. Faria (2020) aponta que a mesma Carta Régia de 1671, responsável pela transformação das Freguesias em Vilas, continha recomendações para um padrão de construção dessas Vilas:

Ela, sugere que os locais de constituição das vilas sejam escolhidos pelas populações. Entretanto ordena que seja delimitada uma praça, na qual deve ser demarcado o local onde deverá ser construída a igreja matriz, e esta, por sua vez, deve ser compreendida num espaço que considere o futuro crescimento das populações. As ruas em volta da praça devem ser suficientemente largas e direitas, a partir das quais devem marcar as quadras. Estas por sua vez podem ter uma ou duas frentes. (FARIA, 2020, p. 29).

Com o amparo da afirmação acima, podemos compreender a influência do modelo de urbanização na construção de uma identidade local, tendo a representação da religiosidade e prospecção de um futuro desenvolvimento como pontos a serem considerados na construção arquitetônica das vilas. Ou seja, as vilas localizadas na Província do Piauí tiveram um padrão de construção, segundo Faria (2020, p. 31): “Todas as vilas construídas no século XVII partiram de uma praça, na qual foi construída uma igreja [...] Quanto aos locais escolhidos para a edificação das vilas, todos sem exceção foram traçados às margens de algum rio ou riacho”. A Vila de Valença não foi diferente, tendo a Igreja de São Benedito como primeira matriz, datada no ano de 1727, localizada à margem direita do riacho tranqueira. Porém, Valença acabou sendo a única exceção entre as Vilas da Província, pois teve a sede de sua matriz transferida para outro local, esta à esquerda do riacho, construída em 1898 sob a invocação de Nossa Senhora do Ó e Conceição, pois a Vila não havia se desenvolvido no entorno da antiga matriz, onde, segundo Faria (2020, p. 31) “Foi traçada uma outra praça e construída a atual igreja matriz”, reforçando o ponto levantado pelo autor sobre a padronização das construções, onde ele reforça que “os modelos arquitetônicos obedecem aos padrões da época. Tanto no design quanto na pintura, onde sobressaem as barras de cores vivas”.

Com o passar do tempo, ocorreram diversas transformações na região, como a passagem de Vila para a cidade de Valença em 1889, e a sua consolidação como um centro urbano. Por alguns anos, Valença teve seu nome modificado para Berlingas, mas devido a um decreto de lei de 1948, a cidade aderiu ao nome de Valença do Piauí, mantendo-o até a atualidade. Porém, apesar das mudanças ocorridas os padrões arquitetônicos na área que a

cidade se iniciou estão presentes até os dias de hoje e compõem o chamado Centro Histórico da cidade, entendê-los como representantes da história da região faz despertar a necessidade de estudo dessas construções, sendo eles artefatos que narram esse passado histórico de Valença, carregando consigo diversos aspectos de memória fundamental para a historiografia da cidade, que além de se configurar como uma das primeiras do Piauí foi também berço de diversos cidadãos que tiveram um papel vital para a história do Estado como: Mestre Dezinho, Arlindo Nogueira, Gabriel Luís Ferreira, Lucídio Portela, Alcides Nunes, João Ferreira Ferry, Petrônio Portela e Djalma Martins Veloso.

2.3 Patrimônio Cultural de Valença do Piauí

A cidade de Valença do Piauí comporta uma série de espaços e bens materiais que compõem o seu Centro Histórico, esses bens mostram o passado interagindo com o presente e traçam de forma física a história da cidade. Entendê-los então como patrimônio cultural⁷ é dar a esses ambientes sua devida importância histórica, algo que se faz necessário para sua preservação. Segundo Choay (2017), a palavra patrimônio remete em sua origem às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, que, com o passar do tempo, foi sofrendo modificações em seu significado, resultando em uma palavra de conceito nômade, como classifica a autora. Em paralelo a isso, Choay também comenta a respeito do conceito atribuído a uma vertente do patrimônio, o patrimônio histórico:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos [...] Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2017, p. 11).

O entendimento do conceito de um patrimônio histórico deve abordar, além de tudo, o critério social e cultural, em especial quando se trata de bens materiais, como a arquitetura, por exemplo, que tende a ser vista apenas como um objeto físico que remete a algo do passado. Para Gonçalves (2003):

A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas, nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus proprietários. Estes bens, por sua vez, nem sempre têm atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem a propósitos práticos, mas carregam, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais. Configuram aquilo que Marcel Mauss (1974) denominou “fatos sociais totais”. (GONÇALVES, 2003, p. 27).

⁷ O Patrimônio Cultural aqui citado refere-se aos bens arquitetônicos (casas, igrejas e praças) presentes no perímetro que compõe o Centro Histórico da cidade de Valença do Piauí.

Nesse sentido, é válido reforçar os apontamentos feitos por Choay (2017) a respeito do que se entende por monumento e monumento histórico. Desde a Antiguidade já existia a criação de bens com o intuito de salvaguardar memórias do passado de determinados grupos sociais. De acordo com a autora, a palavra monumento vem do latim *monumentum*, uma derivação de *monere* (advertir, lembrar), aquilo que traz à lembrança de algo. Logo, entende-se o monumento em um primeiro momento como algo produzido intencionalmente para remeter a algum fato, indivíduo, sociedade, cultura, entre outros pontos, adicionando um referencial de memória capaz de levar as pessoas a um determinado momento do passado. Sendo assim, podemos ter uma noção de certo modo subjetiva desses monumentos, visto que, para além do objeto, adota-se um caráter cultural e antropológico a essas obras. Já o monumento histórico, como acrescenta a autora, vem sob uma outra ótica, remete a algo que teve seu valor histórico agregado através do tempo, remontando a fatos ocorridos onde não necessariamente havia a intenção de fazer desses espaços um memorial. “O monumento histórico é sempre vinculado a um objeto cuja instituição como tal é posterior a sua criação [...] vincula-se a um saber e uma sensibilidade que se enraízam no presente e olham para o passado.” (SANT’ANA, 2003, p. 49). Esse conceito e diferença entre monumento e monumento histórico servem como uma base sólida para o entendimento e formação da ideia que se faz sobre patrimônio histórico e cultural.

Não podemos nos debruçar sobre o espelho do patrimônio nem interpretar as imagens que nele se refletem atualmente sem procurar, previamente, compreender como a grande superfície lisa desse espelho foi pouco a pouco sendo construída pelo acréscimo e pela fusão de fragmentos a princípio chamadas de antiguidades, depois de monumentos históricos. (CHOAY, 2017, p. 29).

O patrimônio como entendemos atualmente é resultado de um longo processo que teve início na França no século XVIII. “A institucionalização do patrimônio recebeu seus primeiros contornos com a formação dos Estados-nacionais a partir da Revolução Francesa, muito embora na época do Renascimento, a noção de atribuir valor histórico e artístico a objetos do passado e de preservá-los, já fosse uma prática dos antiquários.” (PEDRAZZANI, 2005, p. 23). Foi nessa época que se passou a incluir na ideia de patrimônio não somente os bens privados, mas também os bens representantes dos cidadãos de modo geral, “desenvolve-se a concepção de bem comum e, ainda, de que alguns bens formam a riqueza material e moral do conjunto da nação.” (ABREU, 2003, p.35). A situação em que se encontrava a França devido à Revolução Francesa foi o pedestal para a estatização do patrimônio. Segundo Pedrazzani (2005), com a derrubada do poder da Igreja e da aristocracia e implementação de um novo Estado, ocorreu a destruição dessas classes e, com isso, muitos

bens perderam também sua proteção, pois, para os revolucionários, preservar esses bens pertencentes ao clero e à nobreza significaria em alguma instância a manutenção simbólica do poder pelo qual lutavam contra. Esse movimento anti patrimonialista caracterizado pelo vandalismo foi um fator de extrema relevância nesse período, mobilizando uma série de levantamentos a respeito da destruição massiva desses bens.

A emergência da noção de patrimônio, bem como coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. Era preciso salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição. [...] Assim, as heranças dos nobres eram apropriadas como herança do povo de cada Estado-nação, sendo relidas com novos sinais diacríticos. Uma nova história heroica das nações passou a ser construída, em que não mais os indivíduos — reis, líderes, heróis — eram sujeitos. A partir de então o novo sujeito da história era o povo. (ABREU, 2003, p. 35).

De acordo com Choay (2017), com o intuito de barrar esse vandalismo exacerbado que assolava a França nesse período, o governo passou a regulamentar a proteção desses bens confiscados que pertenciam às classes que eram diretamente afetadas por essa destruição, dando a justificativa de um fim pedagógico a esses bens, visando utilizá-los como mecanismos de instrução para a sociedade.

Durante a Revolução Francesa, o valor nacional dos bens se sobrepunha a seu valor histórico, econômico e artístico. O interesse pela preservação do patrimônio nacional era, portanto, revestido de um interesse público e uma justificativa ideológica. A partir desse momento, os bens remanescentes do passado, da memória da nação, são simbolicamente utilizados como suportes para a construção de uma identidade coletiva, nacional. Valendo-se dos bens culturais que concebem o patrimônio e que estão associados ao passado e a história da nação, o próprio Estado-Nacional preocupa-se com a seleção dos objetos e coleções que a representam. (PEDRAZZANI, 2005, p. 24-25).

No Brasil, a inserção do entendimento de patrimônio no cotidiano e a preocupação com a sua preservação ocorreram de forma tardia e lenta, mas, assim como ocorreu na França, também veio com a intenção de construir uma memória e uma identidade nacional por volta do ano de 1930. Até a elaboração da Constituição de 1934, o governo brasileiro se mantinha alheio à responsabilidade de preservação dos patrimônios nacionais.

Mas houve, na década anterior à Constituição de 1934, uma série de manifestações públicas revelando o iminente interesse de alguns grupos na institucionalização do patrimônio. Todavia, para as autoridades brasileiras, até então, essa era uma discussão irrelevante, e mesmo após a Independência, nem no período do Império, nem na República Velha, se manifestaram perante a lenta e gradual destruição de bens remanescentes da colonização portuguesa. O pouco daquilo que se era preservado acontecia nos redutos particulares, entre colecionadores ou intelectuais, considerados guardiões isolados do nosso patrimônio. (PEDRAZZANI, 2005, p. 29).

Com isso, é possível compreender o panorama geral do cenário ocupado pela preocupação com o patrimônio no Brasil, que assim como aconteceu na França, enfrentava nesse período uma drástica ruptura política, fomentando ainda mais a necessidade de criação de um valor identitário para a nação. Amparado pelo artigo 148 da Constituição de 1934, onde é determinado que a partir de então cabe à União, aos Estados e aos Municípios realizar a proteção de objetos que carregam um interesse histórico e artístico do país, e para isso foi criado em 1936 o SPHAN (Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional)⁸, “[...] foi o gesto mais significativo do Estado brasileiro para a preservação do nosso patrimônio cultural” (PEDRAZZANI, 2005, p. 30). O SPHAN representou a primeira atitude concreta para a preservação do patrimônio nacional, ao passo que, no ano seguinte à sua fundação, foi oficializada junto ao Ministério da Educação e da Saúde Pública, ato que deixava explícito a importância social e pública dessa instituição, assim como mostra o interesse governamental na preservação patrimonial.

O SPHAN, a partir do ano de 1946, ganha uma nova denominação e passa a chamar-se DPHAN (Departamento do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional), ponto que já anunciava as modificações que ocorreriam na instituição ao longo das décadas seguintes em decorrência das alterações na sua direção e, ao mesmo tempo, das mudanças políticas. Em 1970, o então DPHAN passa por uma nova mudança de nomenclatura, a partir de então chamado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que coincidia com a troca de comando e uma mudança no caráter preservacionista.

A partir da década de 1970, mudanças significativas começaram a ser compreendidas no tocante das políticas culturais, principalmente as políticas de preservação do patrimônio. [...] representou a passagem de um estilo estilista de preservação para um outro mais democrático, plural e flexível, voltado para a grande heterogeneidade da cultura brasileira. (PEDRAZZANI, 2005, p. 42).

Conforme os apontamentos de Pedrazzani (2005), a responsabilidade dos órgãos Estaduais e Municipais teve maior evidência também durante esse período com os encontros governamentais realizados na época, sendo esses o “Compromisso de Brasília” e o “Compromisso de Salvador”, realizados nessa ordem respectivamente. Esses Compromissos tiveram por intuito dar maior atribuição aos Estados e Municípios em relação ao mapeamento e preservação dos bens pertencentes a esses órgãos, tendo eles o apoio do IPHAN para o desempenho dessas atividades, promovendo acima de tudo a defesa do patrimônio nacional.

⁸ Foi uma instituição que teve como idealizadores os modernistas, entre eles o escritor Mário de Andrade.

Através das muitas mudanças e desdobramentos desencadeados tanto no conceito de patrimônio como nas suas formas de preservação, compreende-se de maneira mais ampla o todo que engloba a classificação de patrimônio e o intuito da sua preservação. No Brasil, a Constituição de 1988, que está em vigor atualmente, apresenta no artigo 216 o que é considerado patrimônio no país:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Logo, entendendo a importância política e social que a manutenção do patrimônio cultural acarreta à sociedade, conclui-se que esses bens simbolizam acima de tudo a materialização histórica das comunidades, formando identidades e servindo como objetos pedagógicos. A cidade de Valença, por exemplo, detém em suas paisagens bens que contribuíram diretamente para a sua formação, além de edificações que simbolizam eventos marcantes para o local, e que na atualidade servem à população como meios de revisitar esse passado sem deixar de crescer na história presente.

2.3.1 Bens presentes no Centro Histórico de Valença do Piauí

O patrimônio cultural de uma sociedade está diretamente ligado à sua noção de identidade. Valença do Piauí é exemplo disso. Logo na entrada da cidade está instalado o seu Centro Histórico, caracterizado por ser resultado de séculos de construções, nele estão marcadas as principais edificações da cidade, traçando uma linha temporal que reconta desde a formação da região até os dias atuais. Valença conta com duas Leis Municipais⁹ datadas de outubro e novembro de 2002 que preveem a proteção dos bens existentes na região e nos povoados adjacentes, visando sua proteção.

⁹ As Leis de número 952 e 953, datadas de 30 de outubro e 08 de novembro de 2002, respectivamente, foram assinadas pelo então prefeito do município na época, Jarbas Nogueira Matias, e pelo Chefe de Gabinete Humberto Gomes Cortez. Nelas constam o tombamento ao nível municipal dos principais bens que constituem o patrimônio cultural edificado de Valença do Piauí, ficando protegidos mais de sessenta bens, incluindo casas, igrejas, praças e flora.

Ficando marcada como uma das primeiras povoações do Piauí, a região de Valença carrega em seus espaços marcas da colonização que narram tanto a sua história quanto a do Estado do Piauí. Suas duas Igrejas principais marcam o perímetro do Centro Histórico, representando a simbologia religiosa e sua força para o município. Através dos relatos colhidos em uma entrevista com o historiador e especialista na história de Valença, Antônio José Mambenga¹⁰, foi possível constatar parte da história dos bens ali presentes e seu papel na construção de uma narrativa para a cidade.

Como um dos bens mais imponentes do Centro Histórico de Valença, a Igreja de São Benedito é reflexo de inúmeros acontecimentos e traz consigo diversos símbolos, sendo a rua anterior a ela a representante do início do perímetro do Centro Histórico. Presente logo na entrada da cidade, a Igreja foi o marco inicial do povoamento da região, ficando às margens do Rio Caatinguinha, um dos rios mais característicos da cidade. Fundada em 1727, a Igreja de São Benedito inicialmente era invocada sob o nome de Nossa Senhora do Ó, porém, no ano de 1898, passou a ser denominada São Benedito. Com um altar em estilo italiano, apresentando detalhes do barroco e rococó, com referências maçônicas, a Igreja possui a imagem de São Benedito no formato híbrido, devido ao alto custo da criação de imagens na época, tendo o corpo e vestes de Santo Antônio e rosto, cor e cabelo de São Benedito. A Igreja conta com um exemplar de pedra D'Ara, uma relíquia representada por uma parte de um santo, e traz em sua estrutura uma série de lápides de membros da elite local enterrados em suas paredes, que eram distinguidas pelo material presente na lápide, levando em consideração o poder aquisitivo do falecido. A Igreja ainda se apresenta como o principal cenário da lenda da Baleia Azul¹¹, referência para o folclore valenciano e piauiense.

¹⁰ Entrevista de pesquisa concedida em 12 de dezembro de 2024, na cidade de Teresina-PI. Antônio José Mambenga é professor e historiador e atua há anos na pesquisa da história de Valença do Piauí. A entrevista ocorreu no formato on-line e semiestruturada.

¹¹ A lenda da Baleia Azul, popularmente difundida no folclore piauiense, conta a história de uma suposta baleia que foi expulsa da Arca de Noé, onde após esse fato passou a vagar pelo mundo. Ao chegar a Valença, a baleia teria bebido toda a água do Rio Caatinguinha e adormecido debaixo da Igreja de São Benedito. A baleia teria um tamanho gigantesco, estando a sua cabeça localizada abaixo da Igreja em Valença e sua calda chegaria à cidade vizinha de Aroazes. Segundo a lenda, caso a baleia acorde, ela irá expelir toda a água que bebeu do rio e inundará a cidade de Valença, causando a sua destruição.

Figura 2: Fachada e lateral da Igreja de São Benedito.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 3: Altar da Igreja São Benedito.

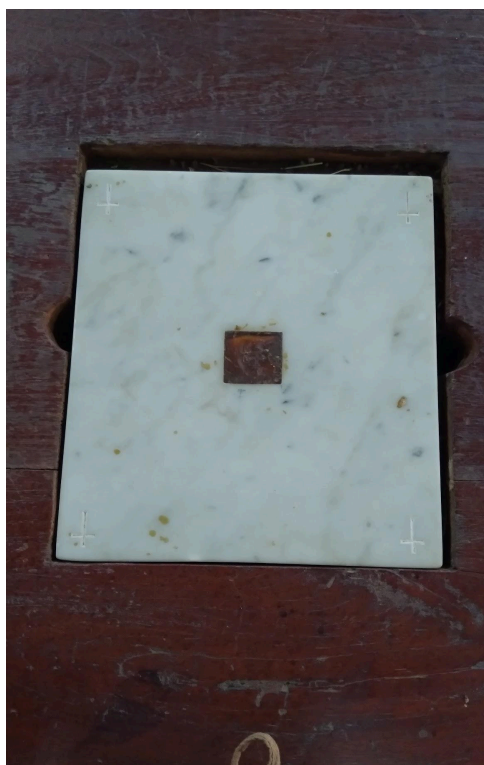


Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 4: Imagem de São Benedito.



Fonte: Arquivo próprio, 2023.

Figura 5: Pedra D'Ara.

Fonte: Arquivo próprio, 2023.

Figura 6: Lápides nas paredes da Igreja.

Fonte: Arquivo próprio, 2023.

Próximo à Igreja São Benedito encontra-se o Rio Caatinguinha¹², foi no entorno desse rio que os primeiros grupos ocupantes da região de Valença se instalaram, gerando assim um grande significado para a cidade até a atualidade. Logo em seguida ao rio surgem os casarões que dão forma ao espaço, sendo responsáveis pela movimentação na área no século passado. O perímetro do Centro Histórico, de modo geral, foi criado com o intuito de atender às necessidades da elite, apresentando padrões e exigências de construção que eram excludentes e segregavam a população de menor poder aquisitivo, separando os mais ricos dos mais pobres. As casas apresentavam um amplo espaço, sendo necessárias a instalação de paredes contendo três fileiras de tijolos para construir na região, além de trazer em suas fachadas diversos detalhes que compunham um equilibrado estilo arquitetônico e oficializavam o poder político e econômico das famílias que ali residiam.

¹² Na área que cruza o Centro Histórico, é popularmente chamado de cais.

Figura 7: Rio Caatinguinha.



Fonte: Arquivo próprio, 2023.

Além das casas, o espaço abrigava diversas formas de comércio. O Bar Glória, por exemplo, de 1932, simbolizava a boemia da cidade e remete a um passado do ápice do movimento do cangaço, onde era proibida a entrada de soldados da polícia no estabelecimento. Diversos cenários, como a antiga feira, a antiga casa da polícia, ponto de telefonia, o primeiro banco da cidade, farmácia, pensão, entre outros estabelecimentos que compõem o Centro Histórico e mobilizavam a vida na cidade no século passado. Assim como o atual quartel da Polícia Militar, que se abriga em uma construção de 1919, comprada por Petrônio Portella e doada para funcionar como sede da polícia da cidade, localizado próximo à praça Getúlio Vargas de 1952, também referência de patrimônio da cidade e que conta com uma árvore centenária, uma mangueira com mais de 180 anos, se enquadrando como a única árvore protegida por tombamento na cidade, e durante os primeiros momentos de povoamento da região servia como esconderijo para roubos e foi marcada por ser um ponto de encontro para casais que moravam nas proximidades.

Figura 8: Bar Glória.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 9: Quartel da Polícia Militar.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 10: Praça Getúlio Vargas.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 11: Mangueira.



Fonte: Autoria própria, 2023.

A Igreja de Nossa Senhora do Ó e Conceição é outro marco do Centro Histórico da cidade. Fundada no ano de 1898, foi construída para se transformar na matriz da cidade, substituindo o título anteriormente carregado pela Igreja de São Benedito. Localizada em uma área mais central do município, a Igreja ostenta duas torres imponentes que foram reconstruídas uma por vez nos anos de 1956 e 2020. No seu exterior, na entrada da Igreja, estava presente o marco zero da cidade de Valença, que foi destruído durante uma de suas reformas. Próximo à Igreja Matriz constam uma série de casarões com diversos detalhes arquitetônicos que dão fim ao perímetro do Centro Histórico, encerrando um compilado de bens que traçam uma linha histórica e mostram através de suas características físicas o marco temporal que forma a história da cidade de Valença do Piauí.

Figura 12: Igreja de Nossa Senhora do Ó e Conceição.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Após a reforma ocorrida para a revitalização do Centro Histórico, entregue em 2022, foi criado um memorial em homenagem a Petrônio Portella, com painéis que narram sua trajetória política e seu compromisso com a sociedade, acompanhado de um olhar crítico à política brasileira. Na estrutura desse memorial, foi criado um espaço para proporcionar uma série de exposições de cunhos diferentes, com o intuito de trazer diversidade cultural e uso para esse local.

Figura 13: Memorial Petrônio Portella.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Entender esses espaços como objeto de construção de uma memória histórica é primordial para difundir o entendimento do lugar referenciado e garantir a preservação dos bens que o compõem. O Centro Histórico de Valença carrega consigo uma diversidade de patrimônios que são fundamentais para propagar a história da região e a formação do território piauiense. A manutenção desses bens e espaços culmina na preservação de diversos aspectos e subjetividades necessárias para nutrir a História.

3 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE VALENÇA DO PIAUÍ

3.1 Memória e Patrimônio

O entendimento de memória se conecta diretamente com a imagem que se faz dos lugares e ambientes aos quais ocorreram acontecimentos marcantes tanto para indivíduos específicos quanto para um grupo de pessoas que formam uma sociedade. Segundo Michael Pollak (1992), a memória vem em um viés característico de determinados fatos, sobressaindo algumas vezes aos acontecimentos ou fatos históricos, sendo alguns períodos lembrados por expressões que remetem a “noções de memória”, como determina o autor.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações. (POLLAK, 1992, p. 201).

Para Pierre Nora (1993), a relação entre história e memória andam por linhas paralelas, porém tomam destinos diferentes com a chamada “aceleração da história”.

Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. [...] O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7).

O autor faz apontamentos de modo a conceitualizar e diferenciar a história e a memória:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência de tudo que opõem uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada de grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga as continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p.9).

Através dos conceitos oferecidos por Nora, é possível compreender a ligação entre memória, lugares e patrimônio, que, ao mesmo tempo em que se colocam em paralelo um ao outro, estão ligados quando tratamos dos lugares de memória.

A memória de um povo ou até mesmo de um único indivíduo está atribuída ao que Pollak (1992) chama de “noções de memória”, para o autor a memória traz percepções da realidade, sendo que em alguns casos as diferentes noções que as pessoas têm de determinado período fazem mais alusão à memória do que necessariamente aos acontecimentos ou fatos históricos, mas também não devemos desconsiderar que mesmo se tratando de memória coletiva existem marcos que são imutáveis, que não possuem variação em relação ao grupo. Segundo o autor, a memória tem três elementos que a constituem: O primeiro são os acontecimentos, podendo ser esses vividos pessoalmente ou por tabela, no caso do segundo exemplo conseguimos ver a força que a memória coletiva exerce em uma sociedade, os grupos são capazes de entender e propagar fatos com detalhes e sentimento de pertencimento mesmo que não os tenha vivido, mesmo estando fora do seu espaço-tempo, como algo que se herda, sendo renovado e mantido de geração em geração gerando uma identificação entre o indivíduo e a memória e o indivíduo e o grupo ao qual está inserido; o segundo são as pessoas ou personagens, que assim como no caso dos acontecimentos, podem estar relacionadas com personagens presentes no seu espaço-tempo ou personagens frequentados por tabela, mas que tornam conhecidas e “fazem parte” do cotidiano do grupo se configurando como alguém indiretamente conhecido daquela sociedade; o terceiro elemento trata-se dos lugares:

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, os aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. [...] Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. (POLLAK, 1992, p. 202).

Dar aos espaços e aos bens ali presentes o lugar de representantes da memória de uma sociedade é reconhecer o seu papel na construção de um repertório e identidade de um ou mais grupos. Os lugares nos cercam e nos envolvem o tempo todo, entendê-los como marcos de memória nos faz inseridos dentro da História, o Centro Histórico de Valença é um desses

locais que escancara na nossa visão o passar do tempo e as histórias que os bens que o compõe contam, através deles é possível visualizar a formação da cidade, o seu papel na história da formação e povoamento do Piauí, assim como podemos ver a importância que o poder político e social teve ao longo dos séculos seguintes analisando os bens presentes nesse espaço, neles é possível também encontrar novos horizontes de memórias que foram construídas com o passar dos anos, utilizando os mesmos espaços, porém gerando novas narrativas para além da sua narrativa inicial.

Ver os espaços como a materialização e possibilidade de criação de novas memórias os coloca em lugar de necessidade de preservação, para Nora:

O movimento que nos transporta é da mesma natureza que aquele que o representa para nós. Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até mesmo o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. (NORA, 1993, p. 8-9).

Até mesmo o que é mantido na memória e o que se escolhe descartar está diretamente ligado aos padrões da sociedade. Para Pollak (1992), “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.” No caso de Valença e do Piauí, o poder cristão foi um fator de extrema importância no modo como aconteceu o povoamento desses locais, enfatizando o sagrado e sua devoção. Esse padrão se mantém até os dias atuais e devemos isso também à disseminação da memória. Para Nora (1993), “História santa porque nação santa. É pela nação que a nossa memória se mantém no sagrado.” Isso fica claro em Valença quando vemos a força das igrejas ali presentes ao longo dos anos, as tantas narrativas que as envolvem e sua presença no imaginário da população. Os ritos e tradições envoltos a esses bens se montam em torno do sagrado, da fé, essas tradições passam de geração em geração, e a presença dessas igrejas nesse local reforça a ancestralidade desses atos. Esse fator transcende a igreja, pois os diferentes tipos de bens considerados patrimônios da cidade estão relacionados a um passado glorioso que se deseja preservar e relembrar. Os grandes casarões, os antigos estabelecimentos são sinônimos de riqueza e a demonstração física do poder das pessoas que habitavam (que poderiam habitar)¹³ essa região onde hoje se localiza o Centro Histórico.

¹³ Na região que comporta o perímetro correspondente ao Centro Histórico até o ano de 1948, existia uma lei que determinava que as casas construídas naquele espaço deveriam ter obrigatoriamente três tijolos nas suas paredes, sendo dois na vertical e um na horizontal. Essa lei também padronizava a altura dos frontais das casas, correspondendo a 4,5 metros de altura. Em uma parte ainda mais seleta e centralizada da região, as casas precisavam conter eira e beira para poderem ser construídas. Esses pontos mostram a segregação que ocorria na cidade, onde somente pessoas com alto poder aquisitivo poderiam construir nesse perímetro.

A necessidade de preservar esses espaços está respaldada no que Nora (1993) diz: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, [...] porque essas operações não são naturais.” A manutenção e construção da memória de um povo se ampara com muita força nos espaços que as fazem ser lembradas. Preservar espaços significa preservar a história de um povo, de acordo com Nora (1993), “mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis.”

Através das observações dos autores, podemos entender como ocorre a construção da memória histórica de Valença do Piauí, amparada pelos patrimônios culturais que se fixam no Centro Histórico. Os bens ali presentes constroem o dia a dia da população desde a fundação da vila, quando o Piauí deu seus primeiros passos de povoamento, com isso formou-se um imaginário e identidade da população a partir desse referencial. As Igrejas de São Benedito e Nossa Senhora do Ó e Conceição remetem à devoção, algo tão forte para o município. Os casarões construídos próximo às igrejas mostram o poder político e social das pessoas que detinham o domínio do poder aquisitivo na cidade entre até o século XX. Através desses bens, é possível traçar um panorama da história local e sua participação na história do Estado. Com a presença desses patrimônios, pode-se preservar a memória de um passado distante, facilitando a sua revisitação nos dias atuais. Esses bens colocam a cidade de Valença como representante da História do Piauí. Para tê-los como objeto de consolidação memorial é necessário que a sua preservação seja garantida tanto por lei como através da educação patrimonial, um risco para isso é o descuido que ocorre com esses bens na cidade, a derrubada dos arcos da Igreja de São Benedito e troca seu piso original no ano 2024 é um reflexo disso, a influência dessas modificações na preservação da memória histórica é algo incurável, segundo o professor Antônio José Mambenga, essa Igreja juntamente com um casarão em um povoado próximo eram os únicos bens da cidade datados do Período Colonial, essa “mutilação” como fala o professor, retira a parte visível da História, restando apenas no imaginário da população, deixando as futuras gerações sem essa referência.

Os lugares de memória, para Nora (1993), têm efeito em três sentidos: material, simbólico e funcional, de forma simultânea, porém em graus diversos.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos

por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1984, p. 22).

Essa necessidade de preservação dos bens materiais para a manutenção e construção da memória é corroborada pelo que diz Pollak (1992):

A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória [...] a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização [...] quando se trata de memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade [...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si. (POLLAK, 1992, p. 2024).

Nesse sentido, entendemos a preservação dos bens como a preservação da memória, visto que esses patrimônios relembram aos indivíduos da sua existência, dificultando a possibilidade da construção de uma memória distorcida, equivocada. Manter espaços de pé escancara um passado, seja ele bom ou ruim, mostrando para a sociedade o que ficou para trás. Valença possui mais de dois séculos de história, essa história pode ser vista, contada e preservada através da memória trazida pelos bens materiais que a compõem.

3.2 Preservação do patrimônio cultural de Valença do Piauí

A necessidade de preservação de algum bem acontece a partir da sua importância histórica para um determinado povo. Preservar no contexto histórico está associado a garantir que um bem cultural sobreviva à passagem do tempo. Para Lemos (1985), o entendimento de preservação corresponde ao ato de manter a integridade e a perpetuidade de um bem cultural.

Preservar é manter vivos, mesmo que modificados, os usos e costumes populares e fazer também levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro de um contexto urbano. Também, levantamentos de construções, sobretudo aquelas que se tem consciência estarem condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Deve-se, então, de qualquer forma, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. (LEMOS, 1985).

Nesse sentido, ao compreender o que esse conceito engloba, devemos levar em consideração a amplitude a que ele está atrelado. Preservar envolve bens, fatos, memórias, acontecimentos, objetividade e subjetividade.

Segundo Pedrazzani (2005),

A preservação do patrimônio cultural pode acontecer em uma das três esferas políticas, federal, estadual ou municipal. O artigo 23 do Decreto-Lei no 37, de 30 de novembro de 1937, já fazia menção à colaboração dos estados na proteção do patrimônio neles localizados. Isso ficou mais bem explicitado na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, que prevê em seus artigos 23 e 24 as competências legislativas e executivas dos entes políticos, incluindo a matéria pertinente à proteção de patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (artigo 24, parágrafo VII). Especificamente nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 24 estão dispostas as matérias relativas a competência da União, que é estabelecer as normas gerais, sem excluir a competência concorrente dos Estados. No que se refere aos municípios, a Constituição também garante que eles poderão legislar sobre a matéria, haja vista, no art. 30, parágrafo II, dispor que, compete aos Municípios: “[...] II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber [...] IX – promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. (PEDRAZZANI, 2005, p. 54-55).

A partir da década de 1930 houve um olhar mais intensificado para a preservação patrimonial no Brasil, que até então tinha uma política praticamente nula de cuidado com seu arsenal histórico, esse princípio de preocupação foi necessário, mas nem de longe suficiente para assegurar e garantir a proteção do que viria ser considerado patrimônio, pois ainda se tratava de algo muito amplo, ficando a cargo da nação garantir o suporte a esses materiais através do SPHAN, resultando em um cenário impossível de ser abraçado em sua totalidade ao passo que a História começava a olhar além da História vista de cima, de grandes feitos, ou seja, estava começava-se a vislumbrar outros viés de História, e conseqüentemente, a diversidade do que se considerava bens dignos de preservação e de mantimento de memória também crescia.

Foi apenas em meados da década de 1970 que o Brasil passou de fato a se equipar para garantir a proteção dos seus bens. Nesse período, houve um aumento significativo dos bens que eram considerados patrimônios, assim como um olhar que englobava mais espaços e materiais que anteriormente não eram vistos como representantes culturais, e essa preservação de uma diversidade material contribui de modo notável para a identificação da identidade de um povo e o que a formou. Nesse período, os Estados passaram a trabalhar ativamente na curadoria e proteção dos seus bens e houve um aumento considerável na elaboração de leis e decretos que visavam a garantir o reconhecimento, valorização e proteção desses bens. Como afirma Pedrazzani (2006), “no estado a institucionalização do patrimônio se iniciaria em meados da década de 1970 por meio de inúmeras leis e decretos, num reconhecimento da necessidade de proteção dos seus bens culturais.” A pluralidade de bens respalda a afirmação de Choay (2017): “Da restauração à reutilização, passando pela *mise en scène* e animação cultural, a valorização do patrimônio histórico apresenta múltiplas formas, de contornos imprecisos, que quase sempre se confundem ou se associam.”

Outro ponto primordial dessa época foram os primeiros passos do patrimônio visto como pontos turísticos, mais especificamente se tratando dos lugares. Os espaços passam a ter essa outra função de atrair pessoas, agregar conhecimento local e principalmente arrecadar recursos financeiros através do turismo. Consequentemente, abria-se a partir de então um novo leque de material para ser explorado e divulgado. “Os bens culturais começam então a ser considerados, sobretudo a partir dos anos 60, mercadorias de potencial turístico. A idealização do passado como uma mercadoria de consumo estava atrelada ao fenômeno da expansão da cultura de massa e do próprio fomento da indústria do turismo.” (PEDRAZZANI, 2005, p. 57-58).

Com esse fomento à patrimonialização e as responsabilidades atribuídas aos estados, o Piauí começou a adentrar de forma tímida o universo da preservação.

Em 02 de julho de 1980, é instituída a Lei estadual nº 3.742 que dispunha sobre o Patrimônio Histórico e Artístico do Piauí. O novo aparato legal vinha suprir a falta de legislações específicas nos âmbitos municipais, aparecendo como esperança para se conter a compulsiva destruição dos bens culturais, não só da capital, mas de todo o Piauí. [...] Em 1984, o Piauí foi contemplado com a instauração de um escritório técnico do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A chegada do IPHAN, como órgão referencial, no que concerne o patrimônio cultural colaborou, de forma contundente, na proteção dos bens culturais do estado. (PEDRAZZANI, 2006, p. 251-252).

Apesar dessa movimentação abrupta de garantia de preservação de bens culturais, ainda era difícil a adesão e participação do estado do Piauí e dos seus municípios. Esse fator reflete até os dias atuais, dado o grande número de bens que se encontram desprotegidos, esquecidos ou que sequer saibamos da sua existência. Valença, com sua diversidade de materiais que necessitavam e necessitam de proteção, veio aderir às leis de preservação e tombamento¹⁴. Quando houve o despertar do Brasil para o patrimônio e sua preservação, Valença tentou dar os primeiros passos para a criação de uma lei de tombamento municipal, que não vingou. A primeira lei que garantia a proteção dos bens do município só veio a se consolidar décadas depois, em 2002, criada e aprovada pelo então prefeito da cidade Jarbas Nogueira Matias e o chefe de gabinete Humberto Gomes Cortez.

Mas de qualquer maneira tem essas edificações, e em se tratando de patrimônio material, imaterial e o patrimônio histórico eu vou lá para a lei, que nem existiram as leis protetivas, não existiam, até 2002 Valença era solta, embora teve um querer em

¹⁴ O tombamento refere-se a um ato administrativo que tem como objetivo a preservação de bens que tenham valor para determinada sociedade, podendo ser esse valor cultural, histórico, arquitetônico, ambiental e afetivo, evitando sua destruição e/ou descaracterização. O tombamento pode acontecer em três níveis: federal, estadual e municipal. Importante salientar que os bens particulares não passam a pertencer ao Estado após o seu tombamento, continuam em posse do proprietário, que, por sua vez, não pode realizar alterações no bem que o descaracterize, devendo por lei garantir a sua preservação.

1973, mas muito resumido, a de 2002 ela foi assim mais técnica, ela abrangeu mais coisas e é muito necessário numa cidade, num local, num espaço, num território a questão do patrimônio histórico e patrimônio cultural. (MAMBENGA, 2024).

Nos meses de outubro e novembro do ano de 2002 foram criadas duas leis de tombamento dos bens presentes na cidade, englobando bens considerados importantes para a história local, sendo essas casas, igrejas, praças, rios e árvores, presentes tanto no perímetro urbano, contemplando em sua maioria o Centro Histórico, quanto nos povoados adjacentes onde encontram fazendas seculares datadas do período de povoamento da região, que carregam os traços históricos do período.

Embora a região de Valença tenha sido povoada nos princípios de formação do Piauí, seu entendimento dos bens que ali se formaram foi tardio, e consequentemente a preocupação com a sua preservação também não foi considerada durante um longo período de tempo, isso trouxe reflexos dos quais colhemos frutos atualmente, a invisibilidade de Valença diante do cenário da historiografia do estado do Piauí é algo preocupante, o desconhecimento da população do próprio município e do estado nos faz questionar o quanto de história, de cultura deixamos passar na escrita da chamada História Oficial, que apesar de ter evoluído consideravelmente ainda se apegua muito a fontes escritas. É necessário que se reflita sobre quais passagens estamos deixando passar. A presença de bens edificados, como ocorre no Centro Histórico de Valença, deixa visível que naquele espaço fatos importantes ocorreram, porém, e embora estejamos vendo uma singela evolução nos últimos anos, ainda está muito longe de fazer parte do cotidiano das pessoas a preocupação com a educação patrimonial.

A necessidade de tornar público, de divulgar e cobrar proteção dos bens marcam e contam a história de Valença e também do Piauí é urgente, pois, apesar das leis que garantem a proteção do patrimônio da cidade, podemos vê-los sendo destruídos dia após dia. Como exemplo, temos o “sequestro” da cruz deixada por Luiz Carlos Prestes durante a passagem do Movimento Coluna Prestes, no Período Republicano, por Valença. A cruz foi retirada do seu local de origem e está em posse de um morador que se recusa a devolver e até mesmo deixar que as pessoas vejam o artefato, onde ao questionar o professor Antônio José sobre a justificativa para essa ação do morador, foi obtida a seguinte resposta: “Ele ter arrancado porque achava feia. Falta de conhecimento da história, não queria aquela marmota lá, não queria a marmota, chamou de marmota [...] Esta cruz está na casa dele, porque é camuflada.” (MAMBENGA, 2024). Outro exemplo de desamparo à preservação do patrimônio aconteceu no ano de 2024, quando o pároco responsável pela Igreja de São Benedito, o Padre Wanderley

Morais Ferreira iniciou reformas na igreja, descaracterizando-a e desconsiderando quase trezentos anos de história de uma igreja que é o símbolo da formação da cidade e uma das primeiras igrejas do Piauí. A reforma incluiu a retirada dos arcos da igreja, que eram uma de suas principais características e referência do seu modelo de arquitetura. Além dos arcos removidos, houve também a alteração do piso, pontos que influem diretamente na desproteção de um bem tão significativo para a história do estado. A igreja erguida em 1727 agora definha sob os seus restos e luta para sobreviver a essa violência à qual foi submetida. Sobre esse assunto, o professor Antônio José comenta:

Por exemplo, o padre que derrubou a parede da Igreja é da Inhuma, o que que representa para ele a parede da Igreja? Nada, mas ele vai derrubar a da Inhuma? Não, mas a daqui ele derrubou [...] ele mutilou a igreja, e colocou piso novo aquela coisa de quem nunca leu nada sobre cultura [...] e a partir do momento que ele mutilou já perdeu uma parte da memória do Brasil Colonial [...] eu disse para ele: “um dia o senhor vai embora, mas quem fica sem a parede somos nós, o senhor não vai ficar com um sentimento de culpa por isso não?” (MAMBENGA, 2024).

Figura 14: Igreja São Benedito antes da reforma com arcos e piso original.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 15: Igreja São Benedito após a demolição dos arcos e troca do piso.



Fonte: Valença Histórica, 2024.

Figura 16: Pedras retiradas da estrutura da Igreja de São Benedito.



Fonte: Valença Histórica, 2024.

A apropriação desses espaços pela população, pela História e pelo poder público é necessária para garantir e prevenir que atos como esses passem despercebidos. Dar uso, se apropriar dos lugares de memória, dos lugares de história disponíveis em Valença é dar vida, fazer ascender esses espaços, garantir que sejam utilizados da forma correta e buscar sua conservação é de suma importância para integrar a população a esses espaços. No ano de 2022, houve a entrega da reforma que restaurou o Centro Histórico da cidade, fazendo com que esse espaço que tradicionalmente é palco dos festejos da cidade pudesse ser utilizado ao longo de todo o ano, servindo como um espaço de lazer para os habitantes de todas as partes da cidade, habituando as pessoas a esses locais de memória, para Choay (2017),

A reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio. Como o mostram repetidas vezes, sucessivamente, Riegel e Giovannoni, o monumento é assim poupado aos riscos do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso: dar-lhe uma nova destinação é uma operação difícil e complexa, que não deve se basear apenas em uma homologia com sua destinação original. (CHOAY, 2017, p. 219).

Diante disso, a educação patrimonial se faz necessária para a manutenção, preservação e divulgação desses bens que tiveram sua contribuição em diversos momentos históricos e, nos dias atuais, cumprem a função de os manter vivos na memória e formação da sociedade. Ver os espaços como elementos de educação e tradição é fundamental para que se construa uma sociedade ciente das suas referências.

Figura 17: Casarão da família Portella Nunes.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 18: Câmara Municipal de Valença.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 19: Casa que abrigou Luiz Carlos Prestes durante a passagem da Coluna Prestes por Valença.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 20: Colégio Cônego Acelino.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 21: Exemplo de construção de três tijolos.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 22: Identificação das famílias proprietárias.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 23: Detalhes arquitetônicos das casas.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 24: Comércio da cidade.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 25: Casarão cujo proprietário não aceitou a revitalização.



Fonte: Autoria própria, 2023.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender que o patrimônio cultural é um fator primordial para a sociedade é fundamental na construção de um saber histórico através dos bens. O patrimônio cultural diz respeito a um passado visto para além da História documental. Ao se tratar dos lugares, é importante entendê-los como cenários de eventos históricos que podem ou não ser reconhecidos como simbólicos no seu tempo de acontecimento, porém é válido buscar vestígios da contribuição trazida por esses bens para a cultura na qual estão inseridos. Valença traz em sua malha urbana o Centro Histórico, responsável por abrigar e ser palco de diversas histórias em diversos períodos desde a fundação da cidade. Reconhecer esses lugares como referência de História é imprescindível para que seja desenvolvido e propagado os acontecimentos inerentes ou não desses espaços.

A valorização do patrimônio cultural deve ser respaldada pela memória, que se conecta aos lugares, funcionando como um elemento de reforço e continuidade. Como afirmado por Pollak (1992), “cada vez que uma memória está relativamente construída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização.” Os lugares de memória em Valença estão bem delimitados, principalmente no Centro Histórico, cujas características e arquitetura evocam o passado, permitindo que, mesmo aqueles sem memória direta do local, percebam-no como um espaço histórico. Como observou Nora (1993),

Se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado das coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose. (NORA, 1993, p. 22).

Valorizando os bens presentes no Centro Histórico, é essencial compreender as memórias a eles associadas e garantir que essas histórias não sejam esquecidas. A preservação e divulgação dessas memórias fazem parte de um processo contínuo de educação patrimonial, cuja transmissão para as novas gerações assegura a vitalidade da memória coletiva.

As leis de preservação do patrimônio que tardaram a chegar a Valença são hoje o único meio legal que temos para proteger o Centro Histórico da destruição. Até o ano de 2002 não havia nada que garantisse a proteção desses bens, hoje, embora haja muito o que melhorar, já é possível recorrer à lei para salvaguardar a existência desses bens. A reforma entregue no ano de 2022, que teve como finalidade restaurar o Centro Histórico, dando-o a

chance de sobreviver às ruínas do desuso, foi como uma injeção de esperança a todos que entendem a importância desse espaço, preservá-lo é primordial para a cidade, para o estado do Piauí como um todo. Através dessa reforma, foi possível voltar a utilizar esse espaço como um lugar de lazer para a população, que termina os aproximando da cultura que esses bens carregam, sendo então um exemplo de reutilização do espaço e dos bens que ali se fazem presentes. “A prática da reutilização deveria ser objeto de uma pedagogia espacial. Ela deriva do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais” (CHOAY, 2017, p. 222). Utilizar esses espaços significa reforçá-los não só dentro da cidade, mas abre margem para que outros grupos também os adentre.

Por muito tempo, Valença foi deixada à margem da historiografia, mas atualmente começa a trilhar um caminho rumo ao reconhecimento dentro do estado. Suas contribuições para o Piauí são inegáveis, desde os primeiros momentos do povoamento até os séculos seguintes, com a cidade sendo berço de grandes nomes conhecidos tanto no estado quanto no país. No entanto, Valença ainda enfrenta uma significativa falta de representatividade na historiografia, um quadro que, embora melhore lentamente, já desperta um sentimento crescente de esperança e orgulho local. A cidade vislumbra, ainda que de forma tímida, um merecido espaço de destaque na História do Piauí. Valença, muitas vezes vista como um lugar desconhecido, é, foi e sempre será uma cidade histórica, repleta de cultura, contribuições, marcos e acontecimentos de grande relevância. Por meio de seus bens patrimoniais, Valença transmite séculos de história, e é nossa responsabilidade garantir que esses bens sejam respeitados, preservados, protegidos e amplamente divulgados. A história de Valença precisa ser compartilhada e propagada por todos os meios possíveis, para que sua memória seja devidamente reconhecida e valorizada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 34-48.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/legislacao/art-215-216-art-68.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- COSTA, Nelson Nery. *O começo do Piauí: os primórdios e a segunda metade do século XVII*. Teresina: Instituto Civitas - Cidadania e Política Pública, 2006.
- CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed, São Paulo: Unesp, 2017.
- D'ALANCASTRE, José Martins Pereira. Memória chronologica, histórica e corographica da Província do Piauhy. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo XX, p. 5-183, 1º trimestre de 1857.
- FARIA, Vital Antônio Vilela. História geográfica das primeiras vilas do Piauí, século XVII. In: FILHO, Pedro Pio F.; LIRA *et al.* (org.). *História profusa: sujeitos, espacialidades e temporalidade*. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 17-36.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 25-32.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é Patrimônio Histórico*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MAMBENGA, Antônio José. Entrevista concedida a Maria Vitória e Silva. Teresina, 12 de dezembro de 2024. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta monografia].
- MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Proj. História*. São Paulo, p. 7-28, dez 1993.
- NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975. vol. I.
- PADILHA, Maria Itayra. O uso das fontes na condução da pesquisa histórica. *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis, ano 26, n. 4, p. 1-10, ago. 2017.

PEDRAZZANI, Viviane Marini. *Patrimônio cultural de Teresina-PI: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Mestrado em Políticas Públicas) – Curso de Mestrado em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí. Teresina, p. 130, 2005.

PEDRAZZANI, Viviane Marini; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Patrimônio cultural de Teresina-PI: o processo de preservação nas décadas de 80 e 90. In: GUIMARÃES, Simone de Jesus. et al. (org). *Políticas públicas em tempos de diversidades*. Teresina: EDUFPI, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANT'ANA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 49-57.

VALENÇA do Piauí é marcada pela lenda da “Baleia Adormecida”, pinturas rupestres e casarões. *G1 Piauí*, Teresina, 05 dez. 2020. Piauí de Riquezas. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/piaui-de-riquezas/noticia/2020/12/05/valenca-do-piaui-e-marcad-a-por-lenda-da-baleia-adormecida-pinturas-rupestres-e-casaro-es.ghtml>. Acesso em: 16 fev. 2024.

APÊNDICE A

ENTREVISTA - História e Patrimônio de Valença do Piauí

Entrevistado: Antônio José Mambenga

Entrevistadora: Maria Vitória e Silva

Entrevistadora: Eu iniciei a gravação, essa entrevista está sendo gravada. O senhor autoriza a gravação?

Entrevistado: Certo, permito.

Entrevistadora: Essas informações serão realmente a cunho de TCC, não será divulgada, apenas para fins de registro e transcrita em anexo para o TCC.

Entrevistado: Eu sei, é a veracidade da coisa, né Vitória?

Entrevistadora: Eu queria que o senhor começasse contando um pouco sobre a história dos patrimônios de Valença, nós já tivemos essa conversa, mas para registro, enfim, como seu deu a formação, o povoamento da cidade.

Entrevistado: Certo, eu vou contar, aí onde você ver que eu estou indo demais ou de menos você pode interferir, viu?

Entrevistadora: Tá bom

Entrevistado: Valença, ela inicialmente ela não tinha esse nome, Valença, ela é resultante da política do Marquês de Pombal, que era ainda naquele período do mercantilismo. Portugal estava tentando aparecer a qualquer custo, e onde eles se arriscaram investindo nas colônias e com aquela ultrapassagem do Tratado de Tordesilhas eles penetraram mais para o interior do país, aí entra em cena o Domingos Afonso Mafrense, com os dois vaqueiros, o Jorge Velho e o Mafrense, eles estiveram nesta região e com a morte do Mafrense ele doou as fazendas de gado para o Colégio dos Jesuítas da Bahia, embora quem esteve presente nessa região foram os jesuítas do maranhão.

Quando o Mafrense morre em 1711, então em 1725 até o veio o governador do maranhão que já andava por essas paragens, com a criação da missão do Aruazes, dos índios Aruazes, que hoje é Aroazes, com isso o epicentro da colônia daqui era lá em Aroazes. Mas nós temos que entender uma coisa, o poder espiritual e o poder temporal, quando se dá a criação da

Capitania de São José do Piauí, você sabe que é aquela de 1717, mas teve aquela mais formal com o governador João Pereira Caldas, quando ele assumiu o governo do Piauí ele não foi diferente dos outros que até hoje assumem querer desenvolver, naquele tempo a capitania, hoje Estado, e a gente às vezes até sente que esse desenvolvimento não chega, ou é o nosso olhar que não está vendo? Não sei.

Mas, todos tinham esse objetivo, o que foi que ele quis mesmo? Transformar as freguesias que existiam no Piauí que eram um total de seis: Parnaguá, Nossa Senhora do Livramento; Jerumenha, Santo Antônio; Oeiras, Nossa Senhora da Vitória; Castelo, Nossa Senhora do Desterro; Campo Maior, Santo Antônio do Surubim; Parnaíba, que seria em Piracuruca, Nossa Senhora das Graças; e em Valença, que era aí é onde estava a confusão, a zuada: Aroazes se fatiou dois núcleos Aroazes era a freguesia da missão de jesuítica e Valença era o arraial, segundo o Paulo Vasconcelos, os arraiais eles eram rivais uns dos outros, o arraial de Valença tinha uma certa rivalidade com os rivais dos Garcia D'Ávilla, em Jerumenha, e aí é onde entra, não é isso? Porque, quando assumiu o governo do Pereira Caldas, o que ele faz? Ele resolveu transformar em vilas as freguesias, quem estava propenso a ser Vila? Aroazes, que tinha mais estrutura, até Castelo, que castelo é sete dias mais velho que Valença, a instalação foi no dia 13, ainda era Aroazes que ia ser a vila, no caminho fizeram a cabeça do governador e instalaram em Valença. Valença não tinha tanta estrutura para isso, é tanto que para a instalação da vila, tinha aqueles requisitos, e quarenta pessoas tiveram que se comprometer por escrito de que iriam fazer casas, 40 casas, porque só tinham trinta e nove casas, pior que até hoje nunca fizeram. E outra coisa também, Vitória, que se analisa é isso, uma excussão dos jesuítas de Portugal e suas colônias, em Aroazes, segundo o professor Locean Miranda, tinham cinco jesuítas, os jesuítas de Aroazes também foram expulsos e ficou aquele clima, aquele clima até hoje o povo gosta dos padres que saem, dos padres que ficam ou não gosta de nenhum, imagina naquele período, nós estamos lá no século XVIII, onde o povo tinha mais medo de ir para o inferno, eles queriam os padres e eles viam com uma face meio demoníaca essa questão dessa política da Espanha da expulsão dos jesuítas.

Trazendo a Vila para Valença, desestrutura Aroazes, é tanto que a vila de Aroazes ela entra em uma certa decadência porque o poder temporal veio para Valença. Vem a grande questão, existia uma Carta Régia, isso você encontra em um livro de uma escritora lá de Floriano (é um nome meio indígena o nome do livro, mas eu tenho ele aqui se precisar eu arranco ali nas caixas e dou um jeito de mandar para você), ela fala que existe uma Carta Régia proibindo os nomes bárbaros. E Valença? Era caatinguinha, naquele período não soava muito bem, como

até hoje ainda não soa, o povo ainda hoje briga por causa desse nome, surgiu a ideia, aquele 20 de setembro estava fazendo dois anos que o Pereira Caldas tinha assumido a capitania do Piauí, então ele resolveu ou alguém orientou ele, a instalar a vila dando o nome de Valença em homenagem a vila/a aldeia, lá em Portugal é chamado nesse nome, onde ele nasceu em Portugal. Você pegando o mapa de Portugal ela fica bem no limite com a Espanha, e é aquela história do condado de Portugal que você sabe muito bem. Agora o interessante é isso, se a Valença do Minho em Portugal fica às margens do Minho, a Valença do Piauí fica às margens do Caatinguinha, é assim uma coincidência. Então instalada a Vila com o nome de Valença em homenagem a essa aldeia, vou chamar assim, a cidade ou local onde nasceu o primeiro governador do Piauí, da capitania nesse tempo era São José do Piauí, do João Pereira Caldas. Até que eu acho um nome muito subjetivo, um nome muito bonito esse nome Valença, eu acho que Valença não tinha cara para ter outro nome, era Valença mesmo que ela tinha que ser.

Com isso, Vitória, a vila houve a convergência e aquelas divergências entre Aroazes e Valença, mas por trás de tudo isso (eu acho que é por trás, é na frente, é em cima e é embaixo) tem aquele papel do Luiz Carlos da Serra Negra que era um homem rico da capitania do Piauí, a história do Luiz Carlos da Serra Negra é um misto entre a lenda e a história, mas ele existiu, a lenda fica conta da escassez da presença da história escrita, a lenda, e a história oficial fica minúscula, às vezes também subjetiva e é aí que está. Mas, você encontra tudo isso no livro da professora Martha, ela tem muito essa parte da lenda, mas até te oriento se quiser adentrar mais para entender melhor o blog do professor Locean, você coloca no google: Luiz Carlos da Serra Negra, que vai aparecer o blog *piagoi*, no momento é o blog, assim, que mais você encontra assertivas sobre a presença do Luiz Carlos. Então, a história de Valença ela não pode ser contada sem essa participação de Aroazes e sem essa participação do Luiz Carlos da Serra Negra, que agora estão restaurando a casa, creio que vai ficar muito bonita, é assim meio escabroso, mas não temos culpa da história ter sido desse jeito. É mais ou menos assim, Vitória, que você estava querendo?

Entrevistadora: Sim, aí agora a gente vai adentrar um pouco mais na parte dos patrimônios. Eu queria que o senhor falasse um pouco mais das Igrejas, das casas, da cidade.

Entrevistado: Certo, a religiosidade, Vitória, ela teve e ainda tem, continua tendo, embora seja esse fluxo e esse refluxo da vida das pessoas. O Piauí é o Estado mais religioso do Brasil, religioso ou dependente? Aí fica com essa pergunta, mas quando a gente diz o povo morde.

Mas de qualquer maneira tem essas edificações, e em se tratando de patrimônio material, imaterial e o patrimônio histórico eu vou lá para a lei, que nem existiram as leis protetivas, não existiam, até 2002 Valença era solta, embora teve um querer em 1973, mas muito resumido, a de 2002 ela foi assim mais técnica, ela abrangeu mais coisas e é muito necessário numa cidade, num local, num espaço, num território a questão do patrimônio histórico e patrimônio cultural porque ele é que vai dizer ou que aquele povo foi bom, tem as duas razões ou de bom ou de ruim, mas como a história ela abre essa precedência de você ver o lado bom e o lado ruim, deixa a história acontecer. Em Valença esse patrimônio histórico que a gente chama o Centro Histórico, ele vai da Igreja São Benedito, lá na Pereira Caldas, até a rua Areolino de Abreu, quando eu falo da rua Areolino de Abreu ele já anteriormente ele foi na rua Aníbal Martins, mas hoje, você sabe que a história não para, tem sempre que ser reestudada, eu vejo uma necessidade dele se expandir até a rua ali na rodoviária General Propércio, onde tem um prédio da década de 1950, onde hoje é o fórum. Então dentro da arquitetura é uma arquitetura eclética, vai da Igreja São Benedito, que nós chamamos São Benedito, mas na realidade é a Igreja de Nossa Senhora do Ó, é uma confusão danada, a história.

Até hoje é registrada está até a rua areoliono de abreu, inclusive onde está lá a casa onde eu nasci, mas no reestudo já se pensa ampliando, porque a história ela vai acontecendo, para ele ser ampliado eu já criei um trabalho que conta, eu falo da rua São José já para puxar essa tendência, aí chegando até a maternidade que é uma outra referência para a cidade. Mas delineando a São Benedito, que é a Nossa Senhora do Ó, ela se mudou ela é de 1727 a Capelinha de Táipa, acontece que com a instalação da vila ela sofreu reformas, tanto que no museu aí em Teresina tem um artefato com a data de 1772 dizendo que é da Igreja Matriz de Valença, o povo tem uma mania de ser contemporâneo quando eles veem a Igreja da do Ó atual de 1898 eles se esquecem que é a São Benedito, até o povo do IPHAN de vez em quando o juízo roda procurando a São Benedito, e não procura Nossa Senhora, essas confusões são normais, tem que buscar a história local mesmo. Lá ela tem um retábulo em madeira, eu não sei se você adentrou lá a Igreja, ela tem aquele retábulo ele é bem influente, aparece as colunas coríntios, ela tem o arco do rococó italiano, o altar onde está o Benedito e a Efigênia, ele é assim meio piramidal, o sacrário é em forma arredondado com cúpula arredondada e uma cruz, mais interessante que é a única cruz que tem na Igreja, é a cruz que está sobre aquela bolinha no sacrário, é normal a Igreja ser cheia de cruz, aquela confusão toda, mas lá a única cruz que tem mesmo de antiguidade é esta cruz que está sobre o sacrário

que ainda é conservada a posição como bem no centro do altar quando as missas eram em latim, tem um arco que infelizmente, o atual vigário ele demoliu, da São Benedito, alguém denunciou na justiça.

Entrevistadora: Qual o nome dele, professor?

Entrevistado: É o padre Wanderlei, ele mutilou a igreja, e colocou piso novo aquela coisa de quem nunca leu nada sobre cultura. E das imagens antigas tem é o São Benedito e a Efigênia, mas a Efigênia menorzinha, segundo o Fonseca Neto, ela é mais antiga do que o Benedito ele acredita que até de uma data de 1720 ela é, o que indica que ela é antiga o tamanho e o peso da madeira, então isso é muito bom, isso ainda está conservado, eu não sei até que dia, como lá era um cemitério tinha uma confraria, coisa do século XIX a confraria de Nossa Senhora do Ó, tem algumas lápides inclusive do representante do imperador D. Pedro II, que é o Francisco Aniscedam, e o restante colocaram ladrilho por cima, ainda bem que o Arimatéia Tito Filho fala de um enterramento em 1812 de um governador do Piauí que nasceu na fazenda Tapera. Então, lá da Igreja São Benedito aquelas casas que estão nas laterais elas entram dentro dos tombamentos, a casa do Seu Jaime, porque entre a casa de Seu Jaime e a casa de Seu Abdias tem um portão, este portão era por onde passava a estrada real, ali ao lado da Igreja São Benedito, uma estrada que começava no rio das Velhas e o destino era chegar até o Maranhão, isso é muito bom. E elas têm aqueles arcos pontiagudos. Inclusive tem uma lenda, a Lenda da Prisilina, ela transcorre neste espaço, eu fiz um texto que virou um filme nessa Lei Paulo Gustavo, então tem um texto virado filme que é muito bom que ele mostra bem direitinho essa questão do patrimônio histórico, vou ver se o rapaz consegue para você ele vai colocar no YouTube, mas tá querendo colocar só em fevereiro, eu disse: rapaz não pode ser esse Hollywood todo também não.

Entrevistadora: Professor, dentro da Igreja tem a Pedra D'Ara, é esse o nome da pedra?

Entrevistado: Tem, que é a Pedra D'Ara na mesa do Altar Mor, que é um altar mariano que garante que a Igreja é de Nossa Senhora e não de São Benedito, aí tem essa Pedra D'Ara

Entrevistadora: Ela é um pedaço de um santo, não é isso a característica dela?

Entrevistado: Dentro dela tem mais ou menos de 2,5 a 3 cm quadrados do pedaço de um santo, agora ninguém sabe quem é o santo, o povo nem sabe que pedra era aquela, foi eu ouvindo um padre dando uma entrevista, dele falando disso aí, eu corri e fui olhar e lá tinha, a partir daí já deu um novo olhar sobre essa pedra.

Então a outra parte é o riozinho, a gente chama de rio, mas é um riacho, o Caatinguinha, também é tombado, vem as casas, vem o antigo Bar Glória, o Bar Glória agora está sendo citada em uma monografia sobre a cajuína, o papel que ele tem, pela UNB, olha a chiquesa, pela UNB, Brasília, uma jornalista com o nome Sara Campos, já apresentou e já quer transformar em mestrado, tomara que ela transforme, igual esse seu, transformar também. Aí tem o Bar Glória que é tombado, esse Bar Glória estão achando, estão querendo, segundo a política pública do Rafael Fonteles fazer o museu de Arte Sacra do Piauí com o nome de Mestre Dezinho, eu acho a oferta tão grande, assim uma utopia, está transformando é que ele esqueceu de continuar o trabalho.

Vem as casas das laterais ali da praça, elas também são tombadas, que é da rua Mirian Nunes, inclusive possui arcos no estilo romano neoclássico, do século XIX, e na parte central central da casa têm as letras APN (Abdon Portella Nunes), vem a antiga prefeitura que hoje é a câmara municipal, vem a casa onde hoje é a Secretaria de Cultura, todas são tombadas, essa área aí toda é tombada, que foi da professora Carmina Veloso, tem aqueles aqueles arcos pontiagudos tipo os Teatro 4 de Setembro aí em Teresina, e ela foi aluna da sétima turma da Escola Normal de Teresina, essa professora que a mãe é a Doutora Emésia. Do outro lado vem as outras casas, a de Seu Antônio Luiz, a casa grande da polícia, o local onde funcionou as lojas Marthins, é bem normal hoje ter aqueles bancos, aqueles pagues-contas, isso na década de 1940 já tinha aqui em Valença tem lá o local é até uma lanchonete hoje, mas é conservada a fachada, tem também onde foi a pensão Moderna, foi onde foi hóspede a professora Laura na década de 1940, ela veio de Teresina formada pela Escola Normal, aí o povo gosta de detalhes, eu também gosto, ela era alta, esguia, usava saia justa, chapéu e sapato alto, então ela veio para ser diretora do Cônego Acelino escola que estava assim, definhando, e ela veio para meter freio e conseguiu, então com todas as características acho que o povo ia pela beleza. E vem também, Vitória, a casa do Seu Ximba, que é da família do pai do Reis Veloso, e ele gostava de ficar muito ali na sacada, ali da casa na lateral que fica de frente a praça, lá é onde eles confeccionavam a Cajuína São Camilo, foi a que deu a visibilidade a cajuína de Valença, foi através da Cajuína São Camilo que funcionava nesta casa, por isso que lá é também patrimônio histórico e porque houve a necessidade de operário, e os operários aprendiam lá a fazer a cajuína e aplicavam o que aprendiam nas suas roças nos finais de semana que não iam ou iam repassando para outras pessoas, tem uma importância enorme esse funcionamento desta casa porque foi onde a cajuína pegou essa dimensão toda. Do outro lado vem a casa, essa já sofreu uma reforma das Irmãs Meireles, que hoje é da Lucília

Barreiras, mas essa casa era das Irmãs Meireles, eram professoras e elas eram parentes do governador Miguel Rosa, que tem até essa avenida muito chique aí em Teresina. Eram três, duas mulheres e um homem, uma era professora das meninas e a outra era professora dos meninos, eu só sei que a casa hoje é tombada por isso. A outra casa que é muito chique, que é topada, é a casa do Seu Cineas Veloso, nesta casa, tem aquelas casas que é assim mais referência, hoje ela está pintada de verde, mas já foi azul, foi nesta casa onde o Luiz Carlos Prestes em 1926 passou três dias quando a Coluna passou aqui em Valença. Por falar nisso, tá fazendo 15 dias que a filha dele esteve aqui em Valença, a Mariana Prestes, mais a professora Edna Carneiro da Universidade de Saquarema, Rio de Janeiro e a produtora de filmes Ludmila Cury, vieram exibir o filme *Marias*, pense num filme, muito bom, e o mais interessante é que elas eram amigas da Marielle (Franco), então agora eu sou amigo delas, sou amigo das amigas da Marielle, tudo acontece nessa cidade. Sim, aí essa casa ela tem este papel por ter o Luiz Carlos Prestes passado três dias na época da Coluna Prestes e também foi onde morou o deputado e depois governador do Estado Djalma Veloso, essa casa está sofrendo reforma na parte interna, mas tem o arco que eles estão conservando e a área externa.

Entrevistadora: Ela não é habitada, essa casa?

Entrevistado: É, e ela é tombada também. Aí vem a casa da Igreja, é a casa azul e depois vai seguindo a lista.

Entrevistadora: Professor

Entrevistado: Diga

Entrevistadora: Só voltando aqui em relação ao Luiz Carlos Prestes, quando eu fui aí na última vez o senhor tinha me falado de uma cruz que ele tinha deixado em Valença e alguém tinha carregado essa cruz. Temos alguma notícia da cruz?

Entrevistado: A cruz ainda não foi colocada no lugar, as mulheres foram lá, até choraram por não terem visto a cruz, mas é como eu lhe disse o homem arrancou a cruz, mas não arrancou da memória do povo, mas vamos conversar com ele, tentando devagarinho se a gente coloca uma placa, uma cruzinha menor porque não pode é ficar no esquecimento.

Entrevistadora: Tem alguma justificativa do porquê dele ter levado essa cruz? O que aconteceu?

Entrevistado: Ele ter arrancado porque achava feia.

Entrevistadora: Meu Deus!

Entrevistado: Falta de conhecimento da história, não queria aquela marmota lá, não queria a marmota, chamou de marmota.

Entrevistadora: Meu Deus! Essa cruz estava fincada onde?

Entrevistado: Esta cruz está na casa dele, porque é camuflada, quando o pessoal mata o outro e camufla o corpo é camuflagem de cadáver, ele camuflou uma cruz, eu não sei como é que ficou lá o nome, nem tem como localizar, busca aí com teus professores como é o nome

Entrevistadora: Mas antigamente ela ficava em que espaço essa cruz, antes dela ser levada?

Entrevistado: Oh, essa cruz é o seguinte, neste espaço no bairro lavanderia, que é o bairro onde eu moro, foi onde ocorreu o conflito das tropas legalistas que era do governo federal de Arthur Bernardes e das tropas do Matias Olímpio que eram do governo estadual e as tropas de Luiz Carlos Prestes, teve o confronto no dia 26 de janeiro de 1926 às 13h aqui no bairro lavanderia. Com isso, os corpos foram enterrados aqui, alguns foram juntos, três onde permaneceu essa cruz e dois mais afastados, assim uns 80 metros de distância, e mais dois lá de frente o cemitério local, foi enterrado então um total de sete pessoas aqui em Valença, esses locais eles são tombados e fazem parte do patrimônio da cidade. E o outro patrimônio é a Cova do Terto que não é urbano, mas é dentro da cidade é ali ao lado do cemitério. O outro patrimônio é o deserto lá onde o povo se escondeu, e o outro é o Cruzeiro da Santa Edivirgem aqui no bairro lavanderia. Então são referências que a gente tem, eu não sei se você conseguir aquela lei lá na prefeitura com o Xavier, a gente tá querendo ampliar. Mais alguma pergunta?

Entrevistadora: Não, o senhor pode continuar o *tour* pelo Centro Histórico.

Entrevistadora: Sim, essa questão do Centro Histórico, como já estamos bem ali no quartel, o quartel ele é de 1919 conforme uma data que tinha escrito, como foi que ele tornou criado pavimento? Eles acharam bonito a Igreja, que é de 1898 com isso, eles quiseram mostrar que o poder aquisitivo, que era de um ex prefeito, mostrar o poder aquisitivo, construíram aquele prédio que por sinal é uma referência na cidade. A outra casa tombada fica ao lado, é a casa da Dona Edite, a Dona Edite Martins, que era esposa do deputado Zeca de Castro, que é o nome daquela praça de frente a câmara. A árvore tombada é a mangueira da praça, tá lá definhando, mas ainda tá viva, e a Igreja Matriz, o Cônego Acelino que é aquela escola e vai

até aquela rua Areolino de Abreu que antecede ali o ex Bar do Nelsin, ele ainda tá na memória do povo.

Entrevistadora: Fechou?

Entrevistado: Fechou, mulher a polícia fechou, a justiça.

Entrevistadora: Não sabia não.

Entrevistado: Agora só silêncio, é as coisas do povo, o povo não entende as necessidades que a cultura tem, é aquilo que Lucien Febvre diz “a cultura é filha do tempo”. O Nelsin é o tempo dele, mas você sabe infelizmente nem todo mundo fez história.

Entrevistadora: Professor, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre a as torres da Igreja. A questão da torre da Igreja que foi demolida e depois a gente tem relatos que ela foi reconstruída.

Entrevistado: As torres da Igreja começam até pela própria Igreja São Benedito, tem um livro que ele foi publicado em Oeiras, aquela Revista do Instituto Histórico de Oeiras, pelo texto não sei se é do Dagoberto Carvalho Júnior, que fala um pouco, só aqueles textinhos de uma página, mas fala. Sobre a Igreja São Benedito, eles davam o desenho parecendo a Igreja de Oeiras, eu achei até estranho, era padrão de época as igrejas desse jeito que como o Cônego Acelino era arquitetura de época ali no período getulista, e a Igreja São Benedito ela tem essa forma plural, mas aí quando se fala da Igreja Matriz você vai lá no verso do poeta João Ferry quando ele diz, menina eu só sei duas estrofes:

“Valença é como uma rainha exilada no tempo dos sertões
Corre no seu seio o riacho Caatinguinha que a divide em dois meigos corações
Do lado vê-se uma linda capela desde 1840
Do outro a Matriz simples e bela duas torres lindíssimas ostenta”

Esse soneto você vê que ele ainda está muito, ele é de 1894 ainda está muito a cultura dele voltada para o século XIX, e o que justifica isso? Justifica ele chamava Valença de rainha, rainha, oh “minha Valença é como uma rainha” então ainda está agarrado a realeza imperial aqui no Brasil, mas deixa não tem nada não é bonito poema. Quando ele diz “de um lado uma linda capela desde 1840” aí porque ele coloca, você sabe que a história ela chama muito a atenção nisso, quando ele coloca 1840 essa data, Vitória ela está esculpida no frontal da Igreja, mas acontece que essa data foi a primeira reforma que a Igreja passou, eles tiraram a Igreja que era virada para o fundo, a frente da Igreja que hoje é o fundo, porquê? O que

justifica? Porque a casa grande era na lateral, jamais uma igreja seria de costas para a casa grande por causa do poder político, aí a gente já sentia que era o poder político, o poder temporal chamado, e o poder espiritual. Fizeram a reforma e a estrada que passava na lateral já passou a passar na frente e eles colocaram a data de 1840, o que tira essa dúvida? A primeira dúvida foi tirada com Arimateias Tito Filho quando ele faz uma citação no livro dele aquele *Governadores do Estado do Piauí* onde ele diz assim: “O governador Joaquim Amaro Raposo de Albuquerque morreu na via para Oeiras para assumir a gestão, quando chega na fazenda Tapera faleceu, foi levado e foi enterrado na Igreja Matriz de Valença”, isso em 1812, como é que a Igreja é de 1840 e em 1812 já tinha um governador enterrado aí? É onde vai-se atrás e encontra justificativa no livro do Padre Gilberto quando ele fala de, ele fala até a data 02 de fevereiro de 1727. E quando ele diz assim: “Do outro lado uma Matriz simples e bela duas torres lindíssimas ostenta”, Vitória para entender isso aí, é por isso que é bom o historiador está sempre interligado com a literatura para ele entender isso aí, a gente vai lá no 1898, a gente vai lá na Proclamação da República no 1889 quando tá lá a ordem e progresso do disco da bandeira, com a Proclamação da República as províncias passaram a serem chamadas de Estados, as vilas passaram ser chamadas de cidades, e a Igreja se separou do Estado, a Igreja que era Nossa Senhora ela pertence a uma confraria particular e com isso as pessoas particular que vão se chamar os positivistas receberam a Igreja, e padre o Cônego Acelino teve que construir a nova Igreja Matriz em cinco anos, no dia 25 de agosto de 1893 e ele consagrou a Igreja no dia 18 de dezembro de 1898 que é o dia de Nossa Senhora do Ó. A Igreja na realidade tinha duas torres simples, a gente tem uma fotografia que vai dar sustentação no que você vai dizer, tem a fotografia da construção da segunda torre como as torres elas eram iguais, a torre de um lado era igual a torre do outro, a gente ver na história-memória, duas torres lindíssimas ostenta.

Localizamos o livro do poeta João Ferry, lançado em 1922, onde está este soneto. Resultado o soneto foi feito em 1922, ele está em dois livros *Em busca de luz* e em *Chapada do Corisco*, mas *Em busca de luz* a gente vai pela antiguidade. Ele em 1922 quando ele lançou o poema, o soneto, a Igreja realmente tinha duas simples torres, quando é em 1948 o padre chega querendo inovação, querendo aumento de cristãos católicos na Igreja faz uma ampliação para a lateral da Igreja, faz a demolição de uma das torres e o dinheiro só dá para construir uma que é aquela torre que a gente ver, foi feita entre 1948 a 1956. E passou de 1956 a Igreja só com uma torre, mas na cabeça, no psicológico do povo de Valença tinha as duas torres, é aquela coisa do psicológico, aí tem que procurar lá no estudo dos psicólogos que trabalham

esse juízo do povo, então tinha aquela imagem mental das duas torres e conseguiram fazer a segunda torre, mas hoje a Igreja já tem duas, antes eram duas simples torres e agora são duas belas torres, que é a que está na igreja, as datas 1898 , 1956, 2020 como a história gosta muito de datas, acho que você deve ter feito a fotografia dessas datas aí, é bem interessante.

Entrevistadora: Professor, tinha um ponto que era a segregação das pessoas. O Centro Histórico era habitado por pessoas com poder aquisitivo um pouco maior e tinha a questão das casas terem por obrigação ter três colunas de tijolos, não é isso? Que era uma forma de segregação.

Entrevistado: Isso, exatamente! Oh, muito boa essa colocação sua. Até 1948 quando se dá a construção da casa onde eu nasci existia uma lei da prefeitura de que o frontal das casas tinha que ter 4,5 metros de altura e ser com dois tijolos na vertical e um tijolo na horizontal, que correspondia três tijolos de largura, e se não fizesse assim a prefeitura derrubava. E isso ainda funcionou até a onde? Oh, até 1948, e isso mostrava que ela eram selecionadas as pessoas que iam morar no centro, porque quem não podia fazer nesse sentido, poder com 3,5 de altura, eu tô na dúvida se eram 3,5 metros ou se eram 4,5 metros, mas eu acho que eram 4,5 metros. Ainda tem umas referências lá de altura e as paredes padrão. Aí é onde entra a história da casa da professora Marlene, o pai fez nesse parâmetro e resolveu fazer uma cobertura, por coincidência o prefeito ia passando e o prefeito mandou parar, e ele com raiva parou, depois o prefeito chegou em casa, que não morava tão distante, voltou e ele disse: “já parei e vai continuar parado”, e não fez mais, veio fazer agora não tá nem com dez anos que ele fez a adaptação. Então até esta rua, Vitória as casas tinham este padrão para a fachada frontal e altura, enquanto que na rua São João que era a rua onde tinha a Joaquina Preta onde ela tinha seus estabelecimentos comerciais, podia ser feita com dois tijolos na horizontal ou vertical seguindo uma linha. Para você ver que isso era uma maneira de selecionar quem era que ia morar no centro, ainda tinha um detalhe aquelas mesmo do frontal ali pegando, é tanto que existe a rua da divisão, essa rua eu tinha maior curiosidade para descobrir qual era a rua da divisão, era a rua Coronel Aníbal Martins, graças a Deus localizei, você observa que estas casas elas tinham a eira e beira, ainda era a elite mais centrada a classe quase abastada, a de três tijolos ia até a Areolino de Abreu, mas no perímetro urbano mesmo, o centro mesmo chamado, é onde tinha que ter a eira e a beira, onde é ali ao lado da Igreja, da casa do Seu Dorileo, da casa do Seu Gil de Castro, a casa da Dona Neina. Que o povo é danado para fazer reforma, eles nunca acham que a história depois ia precisar.

Entrevistadora: Complicado! Professor, tem o santo também da Igreja São Benedito, o fato dele ser um santo híbrido e acho que é o único santo negro que a gente tem, se eu não estou enganada. Eu queria que o senhor falasse um pouco também sobre isso.

Entrevistado: O São Benedito? Oh, o São Benedito, conforme o Padre Gilberto, ele foi trazido até mesmo antes, porque a Nossa Senhora do Ó ela tem assim uma característica diferente devido a mudança do festejo por conta da vinda do padre residente, mas o São Benedito conforme o Padre Gilberto foram os senhores de fazendas que trouxeram para poder alegrar os negros, isso indica que, estava indicando que eles não poderiam ter tanto acesso as imagens brancas, se trouxeram preto é porque talvez fosse direcionado para os pretos. E outra, tem um detalhe ainda, ele é um santo híbrido, ele é Santo Antônio e São Benedito ao mesmo tempo, é raro. Você chega lá na São Benedito em Teresina, o que foi que definiu é porque sabe a história ela tem um olhar diferente, me incomodava eu ver o São Benedito de Teresina com a criança deitada no braço, lá na Igreja São Benedito de Teresina o santo está com a criança deitada, quando eu chegava aqui o São Benedito com a roupa diferente e com o menino sentado no braço, olha aquilo dali... Eu ia nos padres, os padres de hoje não estudam mais história, não estudam mais cultura, por isso derrubam as paredes, e eles falavam que não sabiam o porquê, porque é desse jeito. Mas tem um padre que era até muito bom se você pudesse conversar com ele, eu vou lhe dar o telefone, é o padre da catedral daí de Teresina, Padre Kleber Viana, ele é o responsável pela Igreja das Dores aí em Teresina, ele é historiador, é mestre em História eu fui da bancada dele da monografia, hoje ele é mestre, tanto a monografia quanto a dissertação, é muito boa a dissertação dele, tá na internet a dissertação dele, mas ele fala mais Vitória nessa questão do Concílio Vaticano II, que eu acho que era bom tu dar uma olhada, depois eu vou procurar o endereço direitinho, mas que você pudesse conversar com ele, é uma pessoa muito acessível e ele tem bastante conhecimento sobre isso aí. Sim, segundo ele, porque ele fazia um curso de filosofia no Maranhão, com isso lá ele localizou, e foi o que deu mais atenção a isso e foi o que focalizou, ele localizou no museu do Maranhão o São Benedito de 25 cm do mesmo jeito do São Benedito daqui, eu fiquei muito feliz com isso, e ele conversou com o guia do museu e o museu fez essa explicação e ele me repassou, que é o São Benedito com o corpo de Santo Antônio, é a roupa de Santo Antônio, o menino de Santo de Antônio, a altura de Santo Antônio, os cabelos de São Benedito e a cor de São Benedito, é um santo híbrido, dois santos em um santo só. É porque naquele período, Vitória as imagens eram muito caras, hoje também não é diferente

não, muito caras e as pessoas não podiam comprar muitas imagens, aí eles faziam esses santos sendo duas devoções em uma devoção só, então é bem interessante essa parte aí.

E esse também, o Padre Kleber foi o que deu forças para a gente localizar os santos que estão enterrados na Igreja Matriz foi ele que, os outros não davam nem importância, eles falavam que era história do padre, que o padre estava caducando, mas eu nunca desisti até o dia que eu achava os santos enterrados, foi graças ele como é da história e teve a sensibilidade de ver e conseguimos descobrir os santos que era um Santo Antônio e uma Santa Teresa D'Ávila, acho um registro também interessante. Sim, e o que mais?

Entrevistadora: Professor, aí agora eu vou fazer algumas para o senhor mais voltadas para agora, para a atualidade, para a parte de patrimônio, ok?

Entrevistado: Certo.

Entrevistadora: A parte de patrimônio, então assim, o senhor que é a fonte histórica de Valença, inclusive tombado também, eu queria saber como que o senhor faz a curadoria das informações sobre Valença. Porque a gente tem uma dificuldade muito grande de fontes escritas e pouco se fala na historiografia do Piauí sobre Valença, então eu queria saber como é que o senhor coleta essa quantidade de informações, como o senhor faz essa curadoria.

Entrevistado: Vitória é o seguinte, eu passei um ano sem estudar porque eu não podia pagar um colégio, colégio era caro então o meu pai era trabalhador rural e ele conseguiu uma bolsa de estudos com o sindicato dos trabalhadores rurais, aí eu consegui de 50%, com essa bolsa eu consegui entrar no curso ginasial, por exemplo o ano de 1971 foi muito crucial para mim devido eu não ter estudado aí quando foi no ano de 1972 eles conseguiram essa bolsa e eu fui, e eu aproveitava. Livro também é caro, livro é bom hoje porque tem a internet que é disponível certa quantidade de informações, a gente tem que saber quais tem veracidade, né, e eu tinha a preocupação com os livros eu tinha aquele querer mesmo de classe popular, popular não, pobre mesmo que nem um relógio na minha casa não tinha, eu me baseava com uma marca do sol, uma sombra da parede, menina quando mudava as estações era um inferno, porque o sol mudava de posição, eu chegava uns três dias atrasado no colégio para poder me adaptar ao relógio da sombra, isso é até incrível, mas isso aconteceu. Mas aí eu gostava de ouvir rádio, lá em casa a gente tinha um rádio, devido a revolução de 1964 nós saímos do perímetro urbano que é ali na rua perto do Banco do Nordeste e viemos morar em um terreno de papai onde hoje a gente mora, aqui no bairro lavanderia, como não tinha energia elétrica a

noitinha a gente sentava na porta da casa acendia a fogueira e era a única casa que tinha um rádio, aí a vizinhança vinha e a gente escutava o rádio, quando terminava os programas do rádio as pessoas ficavam conversando e eu ficava ouvindo as conversas e quando eu ouvia agarrava em meu juízo, era como se fosse uma cola que colava e não desprendia, hoje já tá ruim, mas aquilo que eu ouvia, às vezes uma coisa que eu ouvia uma vez e não esquecia. E quando eu fui estudar eu gostava das aulas do Padre Marcos, não tive bons professores de História, inclusive tem um que me mata até hoje, inclusive quando eu descobri que a professora colocou sem saber, ela não lembrava mais que tinha sido minha professora e eu ali traumatizado com esse 5,5, aí quando eu percebi que ela tinha sido minha professora eu tive como conversar com ela e ela disse: “meu filho era um dos piores momentos da minha vida”. Ela era formada em Matemática e dava aula História, aí ela decorava os textos e não aceitava interpretação, e eu já queria interpretar ser crítico de texto, ler aquele negócio e já colocar o que eu tinha entendido, contextualizar, que eu achava muito bonita essa palavra, menina aí já perdoei porque foi ignorância dela.

E isso fez com que quando terminei o curso pedagógico, primeiramente eu fiz contabilidade sem nenhuma perspectiva de emprego, aí eu fui trabalhar em uma oficina de mecânico esse negócio de solda ali perto do Fifi e o Padre Marcos era muito amigo do dono da oficina, de manhã ele me via lá trabalhando, eu era o único que tinha o ginásio e ele me via de manhã trabalhando e de noite no colégio, aí um dia ele chegou ao proprietário da oficina e me pediu emprestado, eu era um objeto, ele via meu trabalho e o dono da oficina, não sei era porque queria se ver livre de mim, falou que podia levar e eu achei bom. Com isso, ele me levou para o colégio, ele já morreu em 2017 e nunca me devolveu. Sim, Vitória, aí tudo isso, as aulas dele como era padre era uma aula que eu queria ouvir e ele era um professor rígido, mas era uns quinze alunos e ele fazia sorteio na caixa de giz para fazer redação no quadro, eu me tremia, mas a gente ia, a gente escrevia umas doidisses, umas besteiras e ele dizia assim: “vocês tem um português pior que as domésticas do Maranhão”, acabava com a gente. Aí tudo isso, Vitória, ele somou, era somativo, você sabe que a História é uma colcha de retalhos, ele somou para eu ter uma visão diferente, e outra coisa que me levou ir atrás foi quando eu li o livro com nome, é um livro de 1952, *Anuário de Valença do Piauí*, onde contava a história de Valença e lá falava de um vizinho meu, eu vi o nome dele e olha, eu achei super bonito o nome de Seu Zé Birica estar num livro, aí eu comecei a ver que aqui também tinha História, aí eu olhava isso aqui assim, não sabia era o que era, mas eu tinha aquela coisa que me entristecia muito quando eu pegava os livros de História do Piauí, porque

do Brasil não tinha a mínima chance de encontrar sobre Valença, mas do Piauí era uma tristeza profunda praticamente eu não via nada sobre Valença, e o que me chateava mais era que os livros que eu via, os texto a nível de História do Piauí que eu via sobre Valença era só compilação, Pereira da Costa fez, Alcides Nunes fez uma reforma e o restante apenas uma cópia, mas aquilo doía aí eu via, eu lia as outras cidades eu me preocupava, me preocupava com a cidade, me preocupava com a História, me preocupava com a Literatura, aí já comecei e fiz o curso de contabilidade e não arranjei emprego. Aí depois, em 1978, montamos um grupo de dez homem e fomos lá, porque aqui homem não estudava curso pedagógico, magistério, fomos lá no padre com a cara mais limpa dizer que queríamos estudar o curso pedagógico porque nessa altura na cidade nunca homem tinha estudado curso pedagógico, era coisa só de mulher e ele disse que no colégio dele estudava quem queria estudar, então iríamos estudar sim. E isso, Vitória abriu porteira para que outros rapazes, outros jovens, outros homens casados fossem também estudar e ter o curso de magistério, mas foi preciso essa coragem nossa, esse desafio de chegar até o padre. Com isso, me deu a liberdade de ir lendo jornal, ir lendo texto e o que era referente ao Piauí me chamava atenção, eu acho que mais para me frustrar porque eu não via Valença eu só via aquilo que o Pereira da Costa escrevia e nada mais, aí eu ficava insultando, caçando conversa com o povo.

Aí quando foi no ano de 1980 eu migrei da cidade, a essa altura eu já estava com o curso de contabilidade sem a mínima expectativa de emprego na vida, com o curso pedagógico para concorrer a um emprego e fui trabalhar no Senac comecei aqui em Valença aí desse curso no Senac que foi a base de tudo, eu fiquei dando curso, curso de datilografia, o povo não sabe mais nem o que é, era umas máquinas que batia os dedos e escrevia, foi o que antecedeu o computador, Vitória, mas tu nem imagina como isso é importante na minha vida, porque daqui de Valença eu saí cortando no pé e na porta, fui para Floriano, foi uma mudança na vida, mas passei seis meses em Floriano, lá eu já tive uma visão do que era História do Piauí, tinha um jornalzinho chamado Folha de Floriano que saía todos os domingos, e todos os domingos eu estava lá comprando e ia lendo e virando repertório e lá eu já ia conversando, e quem era minha clientela? Eram alunos dos colégios, eram professores do colégio, eram diretores do colégio, eu fui vendo Floriano com um olhar diferente, eu fui vendo a arquitetura, eu fui vendo a Literatura, eu fui vendo a história, eu fui vendo a educação e o povo diferente, o rio. Eu já tinha lido aquele livro *Caminhé da sensibilidade* onde tinha a rua Sete, a rua do Mulambo, pois não é que a rua do Mulambo era a que morava a dona do Restaurante Flutuante, que nós éramos hóspedes da Dona Estela, e era na rua do Mulambo, oh eu me

sentia, eu me sentia porque eu estava morando na rua do Mulambo que era a rua do livro que eu tinha lido, tá entendendo como foi difícil trabalhar? Porque eu vivi, eu tive essa oportunidade de viver, aí era juntando. Aí já passei a ser leitor, foi lá em Floriano onde eu li *Passarela de mormota* de Fontes Ibiapina, porque o rapaz que eu trabalhava com ele gostava muito de ler, ele lia os livros e repassava para mim, eu lia outros e repassava para ele, e isso ia fazendo essa sintonia, livro de Odilon Nunes eu li quando eu tava em Floriano, como eu trabalhava só de 15h30 às 22h30 então durante o dia, de manhã eu ia ver, andar, friviar na cidade vendo os prédios antigos, vendo as escolas, conhecendo os velhos, vendo a história da cidade e isso serviu de repertório. De Floriano eu vou para São Raimundo Nonato, menina vi doutora Niede Guidon, foi outra visão histórica, já metido em arqueologia. E todo esse pessoal morava em hotel, a gente tinha esses contatos, eu ia lendo, ia conhecendo os colégios, o mesmo processo de Floriano e o repertório ia crescendo, depois vou para Picos, em Picos, também da mesma forma, depois fui para Esperantina, também da mesma forma, muito boa a cidade, e os contatos, depois de Esperantina eu fui para Amarante, e Amarante era uma outra realidade, depois ia para Teresina, eu só sei que eu passei cinco anos e nove meses buscando repertório, por último trabalhei em Paulistana, foi já a essas alturas, já é coisa mais recente 2008, e fui já como crítico, eita, é pesada a expressão, como crítico da História, é que tem aquelas coisas que a gente ver, mas já tem que saber separar o objetivo do subjetivo.

Mas eu gosto muito da História Oral, e você poderia me perguntar: E por que a História Oral? Por pobreza, por necessidade mesmo, quando eu morava aqui em Valença e não tinha emprego eu via a incapacidade da classe popular, filho de operário, trabalhador rural, a gente sobrevive, eu não tinha como comprar livros oficiais, aí eu ia ficar com cara de ameiba como dizem? Não, tentei ir atrás das histórias pela oralidade, pegar material para pesquisa, pegar artefatos, ver visitar, conversar com os trabalhadores, conversar com os proprietários, fotografar. E a partir da chegada da Quindor em 1984 quando foi a primeira fotógrafa que teve a coragem de sair para rua, ir para os matos para fotografar as coisas comigo, foi a Quindor, ela teve esse papel, quando eu podia pagar eu pagava, quando eu não podia eu dividia as vezes 50 reais em dez vezes, mas era o jeito, mas era dessa forma. Outra coisa também Vitória, que somou para entender tudo isso foi colecionar selos, por que que hoje eu tenho essa síndrome do colecionismo? Porque eu comecei a colecionar cartão postal do Brasil todo, praticamente do mundo todo, eu tinha e também selos, e a fotografia para mim ela tem que ser lida e com isso eu estava fazendo reconhecimento de caras de fotografias, então a fotografia ela cristaliza, ela solidifica o momento e ela serve de base. Aí comecei nas escolas, na sala de

aula tudo isso, aí volto para ser professor aqui em Valença de Educação Artística e Estudos Regionais, já com esse repertório todo do Estado do Piauí eu fui professor de História e Geografia do Piauí e depois professor de Literatura Piauiense, e bom de tudo isso é que todos eles tinham os livros, inclusive eu tenho uma raridade aqui em Valença, que é o Pereira da Costa de 1909, que só tem, um dia desse saiu um jornalista chique aí de Teresina dizendo que só tem cinco, ele esqueceu de citar o meu que são seis. Era mais ou menos isso né, que você queria ver?

Entrevistadora: Sim, o repertório que o senhor tem foi basicamente baseado em fonte oral?

Entrevistado: É, na oral, mas sempre que eu tinha a escrita eu respeitava, mas a oral foi para fazer um aquecimento porque da História Oral, eu achei o máximo quando em 1998, eu acho que nós não fomos lá na Cova do Terto. Era os 50 anos de morte do Terto, que era um santo que a gente tem aqui em Valença, aí eu fiz um texto, quando terminou tudo, porque aí eu fui lá na História escrita, lá na História escrita dizia assim: “ele morreu no dia 28 de dezembro”, uma placa de 1948, e eu muito chique lendo o texto, uma zuada medonha. Aí fui, quando terminou tudo uma senhora de 98 anos me chamou, falando que tinha uma data errada, olha foi mesmo que me matar, eu quase morro bem ali, ela disse para eu ir na casa dela que na casa dela a filha dela tinha uma mania de escrever o dia que o povo morreu e ela tinha a data, eita Vitória, quando eu fui, olha Vitória, eu era a pessoa mais feliz do mundo, quando eu cheguei lá que tava aquele papelzinho amarelo escrito a mão com pena, tinha assim: “Tertuliano morreu no dia 28 de novembro de 1948”. Quando eu estava na pesquisa um senhor disse assim: “quando ele morreu foi o Natal mais triste da cidade”, aí eu fiquei com aquilo, como o homem morreu dia 28 de dezembro e foi o Natal mais triste? Em 28 de dezembro o Natal já tinha passado, o homem é quem tava certo, bateu com as informações da Mãe Ana, aí eu peguei o que? Quando a história-memória chega e que a oficial dá o ponto de vista dela quem é que sobrevive? A oficial. Olha eu me senti fazendo essa modificação, muito feliz por ter feito e é muito bom, mas a gente tem esse cuidado de primeiro, não botar qualquer coisa, ouvir no mínimo cinco pessoas, porque nas cinco eu aproximo o repertório de cada uma, quando dar para fazer mais, mais eu faço porque essa só uma pessoa disse diferente e a outra confirmou com o documento escrito, entendeu? Aí a outra coisa também, até não sei se eu te disse ou se eu te mandei, tem o *card* do meu documentário de 17 minutos, mas muito bom, quando lançarem no YouTube devido a Lei Paulo Gustavo eu vou te mandar o link para tu assistir, ele é muito dentro dessa minha vivência de ir atrás, de dizer quem foi que disse, porque eu nunca posso ser o gerador da coisa eu gosto de ser a sombra, eu gosto sempre dizer:

“fulano disse isso, embora fulano disse isso aqui que contradiz isso”, menino, mas é bom, eu gosto desse jogo. E o pior é que isso é muito bom, que às vezes a gente fica preocupado com o que a gente escreve e esbarra em cada aberração em tese de doutor, porque a história local é a gente que sabe, tem um super famoso aí de Teresina que deu um deslize de dez anos, mas também, eu respeito, só comento no meio acadêmico.

Entrevistadora: Professor, Valença tem duas Leis de Tombo de 2002, eu queria saber o que o senhor acha dessas leis. Elas realmente funcionam? Como elas podem melhorar?

Entrevistado: Elas vão poder melhorar quando houver uma sensibilidade por parte dos gestores que estiverem lá no momento. A Igreja pode é ficar do mesmo jeito, mas pelo menos está parada desde outubro, foi embargada a obra. E ontem a noite, porque quando eu conversei com o padre eu disse para ele: “a minha participação com o senhor termina bem aqui. Porque eu não vou colocar em rede social porque não resolver, não vou colocar em rádio porque não vai resolver, então a gente para aqui”. Mas, Vitória, tem uma pessoa, ele é o cuidador através de documentos do patrimônio histórico da cidade, é o doutor José de Paiva Igreja ele é jornalista.

Entrevistadora: Ele é daí de Valença?

Entrevistado: Ele é de Teresina, mas é esse cuidador, é uma pessoa muito educada, muito vivo, era muito bom se você pudesse conversar com ele, e é muito uma pessoa aberta para essa questão da história, eu aconselharia ser o primeiro um documento escrito, você manda um documento escrito solicitando uma conversa com ele porque ele não atende telefone que não esteja na agenda dele, eu mesmo não ligo para ele, morro de vergonha de ligar, ele é o responsável pelo patrimônio histórico da cidade conversar com ele vai somar muito para o seu trabalho.

Entrevistadora: Professor, em relação a essas leis, a gente já falou que teve esse mutilação da Igreja São Benedito recentemente, até mesmo a Cruz do Luiz Carlos Prestes são monumentos tombados, são bens tombados que estão sendo destruídos na nossa frente embora tenha uma lei que proteja esses bens, então a gente ver que ela não está sendo aplicada da maneira que deveria. Falta fiscalização? Falta empenho? Falta o quê?

Entrevistado: Depende muito de quem está na área, na gestão da cultura, eu não notei muito interesse por parte, mas vendo assim tu vai lá no Instagram para tu entender o que está acontecendo na São Benedito tu vai na página do Instagram Valença Histórica, o responsável

pelo Valença Histórica é o Moisés, era bom que você visitasse, colocasse seu ponto de vista e lá tem como você entrar em contato com ele, ele não tem formação, ele é quem representa o lampião nas festas juninas, ele é da umbanda, o interessante é que ele é da umbanda, mas se sensibiliza, foi a única pessoa que se sensibilizou na questão da Igreja São Benedito.

Entrevistadora: Professor, e esse ponto de Valença, uma cidade histórica, uma das primeiras cidades, vilas do Piauí e ela não é muito vista dentro do Piauí, como o senhor ver a questão do incentivo ao turismo? Deveria ser uma cidade assim como Oeiras, que é conhecida por ser uma cidade histórica, Campo Maior também tem esse apelo histórico, mas a gente não ver isso de Valença. Então como o senhor ver a questão do incentivo ao turismo na cidade que deveria ser algo incentivado?

Entrevistado: Essa pergunta foi muito doida Vitória, mas ela é boa de ser respondida. Já é caso de ser estudado como pesquisa, porque que o povo de Valença não retorna para Valença, entendeu? É um caso a ser estudado, Vitória quando eu senti isso, quando eu visitei as outras cidades, isso somou para que eu visse como minha cidade estava sendo, estava distante do que estava acontecendo nas outras cidades, então, aí eu senti, aquilo ali doeu muito, eu fiquei desgostoso por isso, mas quando eu voltei com essa autoridade que é a sala de aula eu comecei a formação na sala de aula com o aluno, eu ia lá no aluno, professor de História e Geografia do Piauí e Literatura Piauiense eu fui trabalhar com piauilidade e colocando na cabeça deles o que Valença tinha, na sala de aula. É tanto que as diretoras me colocavam nas últimas aulas porque sabiam que os alunos ficavam, os alunos gostavam porque era aquela maneira lúdica de ver as coisas, tudo tinha um contexto, tudo que acontecia, oh, você ia dar cercamentos, quando eu ia dar Revolução Burguesa eu falava dos cercamentos em Valença 1946, tá entendendo? A história contextualizada no tempo e no espaço, eu via a Inglaterra, mas eu via Valença o que acontecia aqui e eles gostavam, tinha alguns momentos na sala de aula que eu provocava, porque o que eu queria era que eles aprendessem e quando eu ia estudar a parte de Geografia, eu ia estudar o Parnaíba eu estudava o Caatinguinha, eu estudava o Sambito, eu ia lá na nascente do Sambito, quando eu fui trabalhar cultura rupestre no Buritizal. Eu trabalhei com os alunos esta formação, a grande vantagem era eu ter o aluno para trabalhar e também, indiretamente, para pesquisar juntamente comigo, levava para o meio da rua, levava para a praça e eles gostavam porque aluno não suporta sala de aula, querem tá é fora, caçando conversa com o povo, eles gostavam porque eu saía, então era montando essa história, essa aula diferente, fazia com que as emissoras de rádio me chamasse para as entrevistas, eu vou para a feira e faço estudo de caso, são ótimos, eu vou fazendo e

onde precisar eu uso, e com isso eu vou visitando, eu vou conhecendo, eu vou dizendo, e vou formando, transformando o povo em texto, a grande vantagem é transformar em texto, então é dessa maneira que tem que funcionar.

Entrevistadora: Nós estamos finalizando as perguntas tá? Tenho mais só mais três perguntas para fazer para o senhor. Professor, Valença, contextualizando e reforçando, Valença é uma cidade histórica com muito repertório, com muito patrimônio, a gente tem pinturas rupestres na cidade, nos povoados, a gente tem a presença desses materiais. E como o senhor já falou e com a gente também pode perceber, a gente não encontra quase nada falando sobre Valença em relação a História do Piauí, em relação a História do Brasil, quase nada, e quando tem é muito superficial. Então professor, como historiador, como conhecedor da história da cidade, como o senhor enxerga essa exclusão de Valença da História do Piauí, da História?

Entrevistado: Entendi, falta de pesquisadores de vergonha, mas isso, Vitória está mudando, entendeu? Por exemplo, lá no dia do lançamento do meu filme tinha cinco ex alunos que tem o curso de História, tinha uma que eu obriguei, obriguei, escrever sobre os vaqueiros, um outro eu obriguei escrever sobre o operário de Valença que foi ajudar na construção de Brasília, uma audácia o tema que não tem nada por aí, a outra foi a Rosário, que essa falava sobre a educação, falava de um colégio dela, é alguma coisa também, então isso precisa ser feito ela não leu muito, ela leu muito pouco para o texto dela, mas é uma referência e os outros eu fico obrigando, a palavra é obrigar, e fico perguntando sobre as leituras e sugerindo temas. Por exemplo, eu vou te dar um exemplo, eu não te falei que eu ficava chateado que não via referência de Valença?, mas hoje por exemplo, na UNB de Brasília, a jornalista Sara Medeiros trabalhou o papel das mulheres de Valença na confecção da cajuína, e tirou 10, baseado em quê? Ela tem familiares lá em Inhumas, mas é das que já nasceu em Brasília, mas passava as férias em Teresina, onde do apartamento do avô dela tinha um cajueiro que ela ia colher os cajus com o avô dela, pegou essa afinidade com o caju. Então para você ver, tá aparecendo bem lentamente, já está mudando essa geração nova por exemplo, essa geração nova por exemplo você, esse texto que você tá fazendo poste, divulgue, poste na internet que eu tenho certeza que vai ser muito útil seu texto. Então esse texto da cajuína, tem alguns sobre a educação, então eles estão surgindo agora, isso veio de quê? Por essa visão desses alunos novos, porque os alunos antigos só queriam ser médicos, só queriam ser advogados, que na cidade não tinha nenhum foco que eles pudessem ser mostrados e a cidade perdendo espaço aí é onde eu digo a Valença tem a era antes e a era depois do Antônio José, eita que audácia, ah é prepotência, por quê? Porque eu acreditei, acreditei em mim mesmo, de brigar diariamente,

estar ali acompanhando, uma pessoa pede informação eu dou, vou pesquisar, eu dou, desse jeito que acontece, a gente sente esse amor.

Quando eu disse, no desfile cívico, voltando à pergunta, quando eu vi que a cidade estava se descaracterizando, Vitória, sabe o que foi que eu fiz? No desfile cívico botei na cabeça da secretaria da educação, morto de medo de não dar certo, porque era um desfile cívico onde ia ter cinco mil pessoas na rua, porque aqui em Valença o desfile cívico o povo compra roupa nova para ir assistir, a cidade toda vai assistir, é uma coisa que é tradição, que é o tema: a migração em Valença. Tu acredita que nós fomos, cada escola ficou com um Estado do Brasil, só não encontramos gente aqui em Valença de Santa Catarina e do Acre, é o Brasil dentro de Valença, e isso faz o quê? A perda da identidade, por exemplo, o padre que derrubou a parede da Igreja é da Inhuma, o que que representa para ele a parede da Igreja? Nada, mas ele vai derrubar a da Inhuma? Não, mas a daqui ele derrubou. Tu entendeu? Mas a briga é essa bem aí, quando eu disse para ele: “um dia o senhor vai embora, mas quem fica sem a parede somos nós, o senhor não vai ficar com um sentimento de culpa por isso não?”, aí tu tá entendendo por que essa escassez? Porque como é uma cidade central do Estado do Piauí a migração é grande e quando eu vi isso eu botei nas escolas, porque é nas escolas que se forma opinião. As escolas pesquisaram, e para enaltecer o migrante, sabe como era? A bandeira do Estado deles, o escudo, os trajes típicos, um carro alegórico contando um pouco da história do Estado dele e ia um casal no carro alegórico, ou mais pessoas daquele Estado que moram aqui, representando o Estado dele, e o que se falava era: “Valença mostra quem é teus habitantes, por que é que tu tá desse jeito?”, isso eu fiz há mais de dez anos porque eu sentia essa escassez. Quando veio a Lenda da Baleia foi a professora Cecília, não falava em nada de Valença, ela falou que quem fizesse o melhor texto ela colocaria no livro dela, juntamos um grupo de dez pessoas para fazer o texto, e foi o texto escolhido, a partir que ela lançou o livro *Piauí, tempo e espaço* aí a baleia pegou, e já é a terceira lenda do Estado do Piauí, Valença despertou através da baleia. Pois é desse jeito, tu entendeu aí? É porque falta, porque eles queriam só medicina, pouco eram os professores e a História, ninguém daqui fazia História, ninguém, ninguém, e quando fazia ficava em Teresina, então foi isso, é isso que vejo, essa escassez, essa geração nova, você e os outros com a ascensão da internet já vai ter um olhar mais diferenciado, com certeza novos temas também.

Entrevistadora: Professor, aí até pegando o gancho do que o senhor falou agora sobre o padre que derrubou parte da Igreja, o senhor falou que ele vai embora e nós que vamos ficar sem essa memória, esse patrimônio, vamos ficar só com a lembrança. Enfim, eu queria que o

senhor falasse um pouco da relação, da importância desses bens estarem de pé, estarem conservados para a construção da nossa memória, da nossa memória como habitantes, da memória até para consolidar Valença como uma cidade histórica de fato.

Entrevistado: A memória coletiva, eu gosto muito da memória coletiva. Como eu disse para ele, foi uma mensagem de celular, por isso que eu quero que você leia lá no Valença Histórica, eu disse o que eu quis dizer, eu disse: “eu paro por aqui”, aí eu não tô querendo mais adentrar para não dizerem: “você tá contradizendo o que você disse”, você ver lá a justificativa do Valença Histórica, você ver o depoimento das pessoas e depois eu posso te mandar o que eu mandei, o que eu enviei para ele, e sempre agora os textos que eu tô fazendo eu sempre coloco essa necessidade do zelo pela conservação e preservação dos monumentos históricos, porque, oh Vitória, essa Igreja que ele mexeu era a única coisa do Brasil Colonial, só tinha ela e uma casa nas Barreiras, que é tombada, e a partir do momento que ele mutilou já perdeu uma parte da memória do Brasil Colonial, na História do Brasil dos anos 1920 é a passagem da Coluna Prestes e a cruz, do Período Imperial a fazenda Monte Belo, o casarão que é tombado também, a casa, o casarão. Então são essas referências, então é aquele negócio que a gente fica praticamente lutando só, não é fácil, hoje mesmo a menina já me veio com cara de briga falando que estavam colocando cadeira na praça, eu falei que eles tinham que reclamar, reclamar as coisas deles também, porque o povo não aguenta mais ver eu reclamar, lá vem a confusão, tem que educar este povo porque uma das funções do historiador, Vitória, é fazer com que as pessoas não esqueçam das coisas, e eu acho essa expressão muito bonita, esse papel que tem a História na conservação, e a gente tá lutando, só de já ter tombado foi um avanço, eles tão querendo criar o Instituto Histórico, essa pessoa que eu te falei ele tá querendo criar, e eu dei uma injeção de segurança, de necessidade, porque ele tem dinheiro, ele consegue voltar ao original, ele muda, e a gente faz a zuada, é o jeito.

Entrevistadora: Professor, eu tenho uma pergunta que o senhor meio que já respondeu aqui ao longo da entrevista, mas eu vou deixar mais específica para o senhor responder mais diretamente.

Entrevistado: Tá bom, diga.

Entrevistadora: O senhor é o contador de histórias da cidade, tanto para o pessoal da cidade como quando vem alguma equipe de fora fazer pesquisa que vai diretamente para o senhor, e a gente sabe que é difícil, tem poucas fontes, pouco recurso, com o Piauí mesmo se voltando

contra. Eu queria entender o que que motiva o senhor a contar a história desses espaços, desses lugares, de Valença?

Entrevistado: A ruindade mesmo, só a ruindade. Não Vitória, a ruindade é a parte subjetiva, oh Vitória foi como eu te falei, eu morei nos oito maiores, só não morei em Parnaíba, mas visitei, eu trabalhei em oito municípios do Estado do Piauí, incluindo Valença, em Teresina, Esperantina, Amarante, Picos, São Raimundo Nonato, São João do Piauí, ia para Castelo, mas não deu certo. Então Vitória, foi vendo os outros municípios que essa necessidade, foi vendo os outros municípios

essa necessidade de saber que na cidade tem e querer que a cidade ela tenha, saia é como diz o Nova: “a moeda tem sempre dois lados” e mesmo quando eu vou para a história-memória eu busco encontrar contexto na história oficial e isso tem sido muito bom porque eu já tenho encontrado falhas, aí eu me sinto quando eu encontro falhas na história oficial, tá aí a história oficial cheia de metodologias, cheia de veracidade, mas bem aí errou, porque a gente não tinha os livros a escassez dos livros, você sabe que livro é caro, difícil, agora que eu tô ainda completando meus livros de quando eu estudei.

Eu pegava a história daqui para comparar com a de lá de fora e nunca a de lá de fora para comparar com a daqui, então são essas coisas bem aí que eu agi e deu certo, tive que quebrar paradigmas da História, mas como diz o Nietzsche; “é um mal necessário”.

Entrevistadora: Professor, e aí tem um projeto que está em andamento de construção do Museu de Arte Sacra, talvez venha aí futuramente, não sabemos. O senhor acha que isso ajudaria nessa questão turística da cidade? Já que Valença não é uma cidade conhecida por ser uma cidade histórica, mesmo ela sendo.

Entrevistado: Olha, essas informações sobre o museu, sobre o memorial o professor Cássio Gomes, acho que tu conhece, aquele do Salipe de Teresina, ele tá mais inteirado com o memorial Petrônio Portella e com o museu. Mas eu vejo com bons olhos a criação do museu, eu ainda tenho a esperança de vir, principalmente que trata do Mestre Dezinho, porque será o Museu de Arte Sacra do Piauí, é um querer do deputado Fábio Novo, e eu acredito muito nesse poder de transformação, a secretária de cultura no momento tá sendo daqui de Valença e eu vou pedir ao Cássio que fique mediando, é uma ex aluna minha, eu acho chique a secretária de cultura, as duas secretárias, aquele de tecnologia também já foi aluna minha, duas secretárias que estão aqui foram minhas alunas, tô me sentindo. Então, Vitória, eu

acredito que a Ingrid ela vai dar uma alavancada, mas para isso precisa todo mundo cobrar, não é só o Cássio não, cobrar e cobrar, Valença cobrar.

Entrevistadora: Professor, eram essas as perguntas, o senhor tem mais alguma colocação para fazer?

Entrevistado: Oh Vitória, só dizer, eu volto para o pensamento do Nova: “a moeda tem sempre dois lados” e eu optei pela história-memória porque foi a que eu tive acesso, era mais fácil para mim e vejo que foi válida, que foi essa história-memória que alavancou, que trouxe os pesquisadores, porque hoje eu acho muito interessante quando você falou da arqueologia, não, a paleontologia já temos referência museu, a paleontologia do Museu Nacional já estiveram aqui, como a doutora Deusano, a doutora Luiza Ponciano, e inclusive tem uma estrela-do-mar que está sendo estudada, encontrada nas Barreiras, que se for, que tu sabe na ciência tem mais gente dizendo não do que sim.

Fechando bem aqui, é uma Valença que antes só se falava na Oligarquia, era uma Valença política da oligarquia, que maltratava a sociedade, dos remanescentes da estife europeia, mas hoje é uma cidade que já se fala na arqueologia, já tem uma referência arqueológica, é uma cidade que já está incrustada no mapa turístico do Estado, é uma cidade que já tem essa referência da paleontologia. Agora mesmo nós achamos uma pegada lá na comunidade Ponta D'água, e essa pegada é a pegada mais nítida das que eu conheço, é a daqui. Então é graças ao que? A esse acreditar, eu acreditei que tudo isso era História e que precisava ser mostrada, como um trabalho desses, como o trabalho que você está fazendo, ele é mais de que necessário porque vai dar uma visibilidade para a história de Valença, então cada um fazendo a sua parte a História se torna grande, mas é isso que é a pretensão, e agora com essa nova geração, eu sapequei pedra em todas as pessoas, jogava pedra mesmo, rebolo, xingava, era o jeito xingar, tinha hora que a polícia tinha que ficar me protegendo, não foi fácil, não foi fácil. Então eu vejo como um ponto positivo, esses trabalhos são positivos e que é esse tipo de trabalho que vai dando coragem a novos pesquisadores, a novos trabalhos de TCC, quem era que vinha falar em um trabalho de TCC sobre Valença? Não tinha isso há vinte anos atrás, quando eu fui trabalhar a passagem da Coluna Prestes por aqui com uma professora positivista ela não quis de maneira alguma, mas foi o que trouxe a mulher do Carlos Prestes aqui em Valença, a cineasta, quem era que há vinte anos atrás, mas eu acreditei, eu acreditei e fiz, como você tem que acreditar nesse trabalho seu, e vai ser um bom trabalho e no dia eu quero assistir on-line esse trabalho seu e não desista.

Entrevistadora: Não vou desistir, vai dar certo. Professor, eram essas as perguntas, eu agradeço a sua disponibilidade e colaboração comigo e com a minha pesquisa, agora eu irei encerrar a gravação.

APÊNDICE B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Eu, ANTONIO JOSÉ PERCINA DA SILVA,
nacionalidade BRASILEIRO, nascido (a) em 23-04-1957, estado civil
CASADO, profissão PROFESSOR, portador (a) da Cédula
de Identidade RG nº 312.419-PI, inscrito (a) no CPF sob nº 183.410.043-7,2
residente e domiciliado à Av/Rua: EDMUNDO SOARES,
nº 125, Bairro: LAVANDERIA, CEP: 64.300.000,
município de VALENÇA DO PIAUÍ, UF: PI, AUTORIZO o uso de
minha imagem e voz, na entrevista concedida à Maria Vitória e Silva, para a utilização no
Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade
Estadual do Piauí, com sede na Av/Rua: João Cabral, nº 2231, Bairro: Pirajá, CEP:
64.002-150, município de Teresina, UF: PI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº
07.471.758/0001-57, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral, e desde que
não haja desvirtuamento da sua finalidade.

A autorização neste termo especificada é gratuita e por prazo indeterminado. Por ser esta a
expressão de minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada seja
reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a
presente autorização.

Teresina, 12 de dezembro de 2024.

ASSINATURA DO ENTREVISTADO